

*Rui*

## SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 12 DEZ. 1979  
 Distribuído em 12 DEZ. 1979 através  
 do envelope n.º 12 DEZ 79 00167  
 para a reunião ordinária de \_\_\_\_\_

Jornais de 5  
 a 11 DEZ. 79

IMPrensa NACIONAL

O período a que se refere este boletim, breve interregno entre duas campanhas eleitorais, corresponde a uma primeira "digestão" dos resultados de 2 DEZ e a alguns gestos para os reforçar ou contrariar, consoante o ponto de vista. As inevitáveis especulações em torno de nomes "ministeriáveis" são travadas pelo PSD, cujos dirigentes utilizam uma linguagem de não confrontação. O PS vê atenuada a sua quebra por um facto curioso: o de se encontrar uma vez mais, e no espaço de poucos dias, alvo de propostas de aliança provenientes da sua direita e da sua esquerda.

1. A LIÇÃO DOS RESULTADOS

Averbar a vitória, assumir a bipolarização, pensar o Governo. Há um tom evidente de congratulação, nos comentários oficiais; chama-se a atenção de quantos se engararam no prognóstico e faz-se distinção entre a oposição "democrática" e a outra.



Circunscrever a batalha perdida, aceitar a alternância, contestar o "esmagamento" do PS e o "extremar dos campos". No seu artigo "Entre militantes", Mário Soares define o PS como "um partido essencialmente de Governo", a pensar em 80 e em 84, e ao mesmo tempo um partido "hoje claramente de oposição".



Assumir a gravidade da vitória da AD e explorar as possibilidades de "acção comum". O comunicado do Com. Central do PCP regista ao mesmo tempo a "vitalidade" das instituições democráticas e as "sombrias perspectivas" criadas pelos resultados de 2 DEZ.

2. A QUESTÃO DO GOVERNO

Logo a seguir aos primeiros títulos de "Sá Carneiro Primeiro-Ministro", os jornais próximos da AD começam, a partir de qua.5, a lançar listas de "ministeriáveis", na base dos "gabinetes-sombra" conhecidos. Algumas sugestões mais originais do "Expresso" vêm a ser contestadas na "Tarde" de seg.10. O Cons. Nacional do PSD adverte contra as especulações.

3. A QUESTÃO DA OPOSIÇÃO

No espaço de cinco dias, o PS responde duas vezes "não", a uma proposta do PCP e a outra, sugerida como possível, pelo PSD.



1. A LIÇÃO DOS RESULTADOS

O PSD assume-se como o principal beneficiário dos resultados de 2 de DEZ. Os comentários do "Povo Livre" reivindicam a justeza das teses de Sá Carneiro, não se esquecendo o editorial de endereçar o primeiro recado aos "velhos do Restelo" ; ambos os editoriais de 5DEZ. ( do jornal propriamente dito e do suplemento da JSD ) sublinham a importância da acção da Igreja, que definem como de "campanha contra o abstencionismo".

A Imprensa considerada afecta à A D parece não desejar agredir muito o PS ; o editorial de Nuno Rocha, no "Tempo" de 6DEZ., prefere falar de uma vitória do "centro", do qual a esquerda seria o PS e a direita o CDS, abrindo ao "diálogo positivo entre o PS e a AD" ; a análise de J.Miguel Júdice no "Diabo" de hoje, 11, diz que o PS está perante "o fantasma da sua italianização" e pode ainda escolher definitivamente os seus companheiros de caminho.



"Perdeu-se uma batalha mas não a guerra" - é o título do "Entre militantes" de Mário Soares, na "Acção Socialista" de 6DEZ. O artigo tenta fazer o equilíbrio entre as duas vocações do PS, "partido de oposição" por um lado, pelo outro "partido essencialmente de Governo, na perspectiva que não podemos perder de 1980 e sobretudo de 1984" ; aceita-se a alternância, "dado que o poder desgasta", advertindo-se os responsáveis da AD contra o "perigo que eles próprios correm" se não travarem a "dinâmica revanchista" incluída nela. Outros textos de responsáveis do PS sublinham o que consideram uma "aproximação" objectiva entre as duas Alianças, visando o "esmagamento" do PS, e reafirmam o combate à bipolarização.



O comunicado do Com.Central do PCP publicado no "Avante !" de 6 DEZ. sublinha, sucessivamente, a "vitalidade das instituições democráticas" afirmada no próprio facto das eleições, em segundo lugar a situação "contraditória, complexa e perigosa" para a democracia criada pela vitória da AD, finalmente a existência de uma maioria de votos dos "partidos democráticos" e o reforço do PC e da APU como condições "para defender Abril". Este comunicado, já citado no "D.Lisboa" da véspera, aponta a via das iniciativas de "acção comum para fazer frente às forças reaccionárias", estando a Com.Política mandatada para propor um encontro de delegações entre o PCP e o PS. Esta matéria, e o seu seguimento, pertencem já a outro ponto do presente boletim.

2. A QUESTÃO DO GOVERNO

O "Com.Porto" de qua.5 é um exemplo da especulação que se assume como tal, reconhecendo que é "premature" tudo o que se possa dizer do VI Governo, mas adiantando entretanto os nomes dos membros dos gabinetes-"sombra". Os jornais próximos da AD, nos dias seguintes, seguem estas pistas sem gran-



de novidade, aparecendo na sex.7 o "Expresso" com uma lista diferente ( Cunha Rego, apontado como "ministro-adjunto", desmente na "Tarde" de 10, que aconselhava "a maior prudência" quanto a todas as especulações ). Aliás, a "Edição Especial" de 7 afirmava que tanto o PSD como o CDS pediam "uma maior reserva" na indicação de nomes.

A questão do Governo pode ser vista ainda por outro prisma : o dos "conselhos" que, por exemplo, "A Tarde", "O Dia" e o "Tempo" lhe endereçam desde já, ou o da denúncia prévia da sua política provável, iniciada no "Portugal Hoje" e na Imprensa próxima da APU. "O Diário" explora regularmente a possibilidade de cisões graves na Aliança Democrática.

### 3. A QUESTÃO DA OPOSIÇÃO

A forma como se constituirá a oposição ao próximo Governo acaba por depender muito da escolha do PS, a ajuizar pelo efeito que tiveram as suas duas recusas a dois convites recebidos de um e outro lado do espectro político. Os vespertinos de qui.6 trataram com o maior relevo o "não" à proposta de encontro com o PCP ( títulos principais em três deles ). Poucos dias passados, o problema é reposto quando Sá Carneiro admite a hipótese de negociar um acordo parlamentar para obter maioria de dois terços em casos de fundo, como alterar a Constituição e acabar com o GR ; "o PS não fará qualquer acordo parlamentar com a AD" - é afirmado depois por Arons de Carvalho e pelo Gab.Imprensa do PS.

SECRETÁRIO PERMANENTE  
CONSELHO DA REVOLUÇÃO  
SACR, 11 DEZ.79

*Ruiz*



# O sentido da vitória

1. É ainda cedo para fazer uma análise detalhada dos resultados eleitorais, tanto mais que ainda não são conhecidos os números definitivos, nem tão pouco os resultados dos círculos da emigração.

Com base nos dados já conhecidos podemos, porém, adiantar três conclusões:

1.º — que ao contrário do que por aí proclamaram os velhos do Restelo, nem ficou tudo na mesma nem aumentaram as abstenções. O eleitorado compreendeu a importância deste acto eleitoral e acorreu às urnas com uma participação de 87,5%, quando em 1976 a participação fora apenas de 83,3%.

Neste ponto, deve ser salientada a importância da acção da Igreja, instituição que assumiu a liderança da campanha contra o abstencionismo, com os resultados excepcionais que se conseguiram obter.

2.º — que estas eleições foram uma escolha e um julgamento. Uma escolha de um novo Governo, o Governo da AD; um julgamento sobretudo do PS, que viu nas urnas o preço da sua política de ambiguidade, partidarite e nepotismo.

Há que fazer aqui uma especial referência aos resultados obtidos pelo PSD nas Regiões Autónomas. O facto de os sociais-democratas aí estarem no Governo não só não provocou diminuição de apoio como, pelo contrário, levou ao aumento da confiança dos eleitores. O que significa que, quando se governa tendo em conta os interesses dos eleitores, o julgamento destes é positivo e é a melhor recompensa do trabalho desenvolvido.

3.º — que apesar dos ataques, dirigidos por todos os sectores à bipolarização, a que Sá Carneiro aludiu há mais de um ano, ela estava latente na sociedade portuguesa. Havia que clarificar a opção dos eleitores entre colectivismo e democracia ocidental. A opção está feita e é clara. Cabe agora aos responsáveis políticos tirar daí as devidas consequências — ser ódios nem revanchismos, mas tendo presente que só com uma grande determinação se poderá dar cumprimento à vontade expressa pelos eleitores em 2 de Dezembro de 1979. Isto não significa que se desprezem os direitos da oposição — mas sim que não se submetam mais as grandes decisões ao arbítrio de minorias activistas, com absoluto desrespeito pelos interesses e aspirações da maioria dos portugueses.

2. A subida da AD nos distritos do centro e Sul do país, na cidade de Lisboa e, dum modo geral, em todas as localidades até agora consideradas "feudos" da maioria PS-PC deve também ser atentamente considerada. A AD, ao contrário da etiqueta de "reaccionária" que lhe puseram os seus adversários, demonstrou a sua pujança nas zonas habitualmente tidas por "progressistas" e, inversamente, a APU averbou ganhos nas zonas até aí por ela própria alcunhadas de "reaccionárias" e "fascizantes". Donde teremos de extrair duas conclusões: por um lado, que as forças da mudança, em que devemos destacar a juventude e as mulheres, se fizeram sentir mais intensamente nas regiões até agora dominadas pelo sectarismo da "maioria de esquerda"; por outro, que é postoso atribuir qualificativos de "reaccionário" de "progressista" a uma determinada região, de acordo com a ideologia correspondente ao voto predominante. Os portugueses começam a estar saturados desses simplismos inventados pelos analistas políticos, que desconhecem por inteiro as razões que motivam o voto popular.

3. A vitória da AD nas eleições legislativas é um passo da maior importância na caminhada nacional que nos propusemos iniciar, mas é apenas um passo. Outros se lhe deverão seguir até alcançarmos a estabilidade, o progresso e a paz social que o país deseja.

Nesse sentido, as eleições locais, no próximo dia 16, terão de constituir um novo e decisivo passo em frente. Estamos certos que os eleitores não deixarão de manifestar a sua confiança nas listas da AD ou dos partidos que dela fazem parte integrante. É a construção do Estado Democrático que está em causa — e nela as Regiões Autónomas, por um lado, as Câmaras Municipais, as Assembleias Municipais e as Juntas de Freguesia, por outro, têm um papel preponderante.

4. A formação de um Governo da AD será, naturalmente, consequência imediata dos resultados eleitorais alcançados. É certo que ao PR cabe designar o Primeiro-Ministro — e a AD nada fará sem que para tal seja solicitado um dos seus líderes. Mas também é certo que é o PSD o partido com maior grupo parlamentar, pelo que logicamente se poderá esperar que seja Sá Carneiro a personalidade convidada a constituir Governo.

Temos consciência da responsabilidade que tal tarefa representa, bem como das dificuldades com que um Governo da AD se irá defrontar, a começar pela apresentação do OGE, num momento em que o V Governo acaba de contrair pesadíssimos encargos. Mas estamos seguros de que aqueles que apoiaram os líderes da AD com o seu voto não deixarão de continuar a apoiá-los no futuro, certos de que a AD é uma exigência nacional e tem de continuar a ser, a todos os níveis, uma mobilização de boas-vontades, patriotismo e generosidade.

Por nossa parte, resta-nos dirigir a todos quantos tomaram possível esta vitória uma palavra de sincero reconhecimento — e aos que agora vão assumir a responsabilidade de dirigir os destinos do país, no Governo ou no Parlamento, os votos para que mantenham acesa a chama do seu entusiasmo, sem nunca esquecer que acima de todos os interesses, por mais legítimos que sejam, devem colocar os interesses do Povo Português.





5 Dezembro 1979

## Editorial



## Uma primeira abordagem

Foram felizes os resultados das eleições do passado domingo. A vitória por maioria absoluta — coerente e estável — da Aliança Democrática significou o abrir de um capítulo de mudança em Portugal.

Passados que são os primeiros momentos de incontinência e justificada alegria, importa fazer dois tipos de reflexão: uma sobre as condições e significados dos resultados, outra acerca das possibilidades, tarefas e peris do futuro governo. Dado que não foram ainda, como é lógico, ensaiadas quaisquer tentativas em face da estrutura governamental que nos vai gerir e que nem mesmo chegámos já ao ponto do convite presidencial a Sá Carneiro, tornar-se-ia prematura uma conversa sobre o segundo tema de reflexão. A seu tempo a faremos.

Vejam os pois que lições (e ilacções) nos dão os resultados eleitorais verificados. Em termos nacionais há a registar o extraordinário comportamento patriótico e cívico do povo — 12,5% de abstenções são número quase ridículo diante dos quantitativos precedentes de 1976 e aproximam-se, melhor, assemelham-se aos índices de 1975 quando se registaram as primeiras eleições livres. Há aqui, aliás, que destacar como factores que conduziram a esta elevada afluência às urnas a serenidade da campanha eleitoral, a consciência da opção determinante a tomar e a forte ajuda da Igreja Católica no sentido, e só neste, do incentivo ao voto. Como complemento desta análise dos números das abstenções, parece importante assinalar também que a redução dos totais brancos e nulos representa, inequivocamente, o aumento de uma relativa confiança nos políticos e o crescente esclarecimento político do povo, respectivamente.

Em termos ideológicos e formais pode dizer-se que houve evolução acentuada das pessoas. Assim não restam dúvidas de que Portugal evoluiu da Esquerda para o Centro político, globalmente falando. Por outro lado o conjunto percentual da chamada Esquerda ficou espartilhado e em algo reduzido, ao invés do conjunto reformista.

No que toca à formulação das ideias políticas fundamentais, quem mais falou em "mudança" (designadamente a AD e a UDP) foi quem mais subiu; quem pouco de novo apresentou (como o PS) foi quem mais desceu.

Se falarmos em termos partidários, ressaltam imediatamente duas ideias: a espectacular descida do PS e a crescente subida da AD e APU.

... termos distritais.  
... confirmação. A provar tudo isto  
... exemplo algumas mesas predominantemente  
... distritos de Lisboa e Faro e a passagem de 3 para 12 de  
... distritos do Sul.

A nós sociais-democratas devem ainda constituir motivo de especial regozijo (e confiança) os resultados da Madeira e Açores. Está-se a ver porque e Deus queira que daqui a uns anos possamos dizer o mesmo de todo o País.

Paulo Portas

As eleições de domingo passado, que constituíram uma impressionante afirmação de civismo do velho Povo Português — mais de oito séculos de História — representam uma grande lição de democracia. Provaram essencialmente: que a esquerda não pode, mais, arvorar-se em única detentora do poder; que o centro é uma força decisiva na vida política nacional; que a extrema-direita não tem voz junto dos portugueses tal como a extrema-esquerda; que o marxismo-leninismo não se pode concentrar

... mais alguns mandatos no Parlamento. Se juntarmos no mesmo bloco os partidos nacionais do centro, teremos uma expressão maciça de vontade colectiva. Quer dizer: o Partido Socialista e a Aliança Democrática conquistaram nada menos que 4.283.501 votos (72,4%) no seu conjunto enquanto que o Partido Comunista não foi além de 1.121.224 votos (19%). Esta é a realidade política que importa estudar e sobre a qual os dirigentes dos partidos e as forças responsáveis do País devem debruçar-se. É neste quadro que deve mover-se a democracia portuguesa. O poder político encontra-se, finalmente, ao centro, sendo a esquerda deste poder o Partido Socialista e a direita o Centro Democrático e Social.

Indicações dos últimos dias dão-nos a impressão de que, quer os dirigentes da Aliança Democrática, quer os dirigentes do Partido Socialista, compreenderam esta realidade e a aceitaram. Um jornalista francês que teve um encontro com o dr. Mário Soares disse-nos que este tem consciência de que há ainda forças no interior do seu partido que sonham com uma aliança com o Partido Comunista (tentando repor a maioria de esquerda) mas que ele está disposto a resistir a todas essas pressões, e que não fará acordos com o Partido Comunista desde, evidentemente, que a Aliança Democrática não enverede por uma política de direita capaz de impedir a sua participação, como partido da oposição, na defesa dos interesses nacionais. O dr. Mário Soares teria manifestado, mais uma vez, o seu apreço por Sá Carneiro e Freitas do Amaral e por outros dirigentes da Aliança incluindo os Reformadores. Mostrou-se apenas apreensivo pelo facto de pensar que por detrás destes homens há, na Aliança Democrática, extremistas que sonham com um regresso ao passado — ao indiscriminado poder capitalista. Ora as intenções da Aliança Democrática não podem ser essas. Devem desiludir-se os que sonham gerir empresas sem ter em conta o poder dos Sindicatos



...etano não tivessem dado ao povo o privilégio do voto, realmente a única fórmula política que dignifica a nossa civilização.

Parecendo-nos que há possibilidades de um diálogo positivo entre o Partido Socialista e a Aliança Democrática (a exemplo do que sucede em outros países) há que pensar no futuro imediato.

A Aliança Democrática tem um programa de Governo já elaborado e inteligente. Eleita a Assembleia da República será necessário escolher o Sistema Fiscal, compreenderá a redução de impostos directos.

Este o programa, devidamente e a tempo elaborado pela Aliança Democrática — admitem-se algumas alterações — que competirá ao Parlamento aprovar entre Janeiro e Julho do próximo ano. Será uma tarefa difícil, tanto mais que o Governo vai enfrentar a oposição destruidora do Partido Comunista, que tentará impedir a sociedade democrática, social, livre e próspera que queremos construir. Mas os portugueses souberam libertar-se do «gonçalvismo», souberam no domingo passado libertar-se da maioria de esquerda e encontram-se na plenitude da sua força e da sua soberania. Não se prevê que os militares, mesmo que o Presidente da República insista em manter-se em Beirém para lá do fim do seu mandato, se encontrem dispostos a patrocinar qualquer «golpe» capaz de destruir a soberania popular afirmada com uma clareza inequívoca no domingo passado.

É assim Portugal um País democrático, que terá um governo legítimo e uma Oposição civilizada (é o que se espera de homens como o dr. Mário Soares, Almeida Santos, Vítor Constâncio, António Guterres, Maldonado Gonelha e outros) o que significa que, embora apreensivos, não devemos perder a esperança quanto ao futuro. O País tem estruturas sólidas e sérias, quer ao nível do patronato (uma Federação de Confederações) quer ao nível sindical (a União Geral de Trabalhadores é cada vez mais forte e terá certamente todo o apoio do futuro Governo). A imprensa portuguesa livre e independente está atenta. Compete-nos ser dignos do povo que no domingo fez uma escolha histórica.

N.R.

Os bispos, apesar do que for dito em contrário, pouco fizeram para entrar o voto nos comunistas. Nunca ou quase nunca nomearam o cão pelo nome. Ficaram-se na condenação de um académico marxismo ou materialismo sistemático, tão ao gosto iluminado da *Gaudium et Spes*, e evitaram cuidadosamente mencionar as palavras energéticas de um Chefe Alto e Ilustríssimo como Pio XI. No país, pejado de analfabetos (em sentido amplo, entenda-se) quem sabe o que é o materialismo ou o marxismo? Ou será que toda a família de camponeses e lavradores andou no Liceu?

O Partido Comunista ganhou a vantagem que lhe foi dada pela ambiguidade dos bispos e pelo fracasso estratégico do PS. E apesar de todas estas vantagens, do campo aberto à acção, só conseguiu a fígura vantagem conhecida. A conjuntura foi-lhe extremamente favorável, e se o PS alterar os seus esquemas nunca voltará a ter oportunidade igual. A dureza, no entanto, deu os seus resultados.

## PS: Será culpado da derrota?

Realmente se há uma tendência para que os factores estáveis que justificaram a divisão política do País em zonas se modifiquem, isso pode significar que o PS perdeu as eleições em especial por motivos que transcendem a sua capacidade de determinação política. É que, se assim for, a transferência de voto nos distritos que acarretaram a derrota deveu-se, ela também, mais a factores exógenos do que a "culpas" dos socialistas, que apenas serão culpados de não terem podido controlar o dinamismo social que lhes era evidentemente desfavorável.

A derrota do PS resulta em primeira linha do que atrás se acabou de dizer. A partir do momento em que no Norte passa a ser útil votar na APU e no Sul votar na AD, conclui-se em termos eleitorais o que em termos sociais já se concluía há algum tempo: o PS deixa de ser o partido-charneira, o elo de união entre duas metades inconciliáveis de Portugal.

As consêquências desta verdadeira revolução de expectativas são incomensuráveis. O PS nunca mais se poderá apresentar ao eleitorado, como até aqui, sem uma política de alianças bem definida, pois o eleitorado — que vota mais em projectos de governo do que em posicionamentos no espectro político — não terá quaisquer razões para de futuro votar num partido que lhe não ofereça a hipótese de ser maioritário, com um parceiro, em nome da necessidade, que o País já não sente, de evitar a divisão entre dois territórios inconciliáveis.

Quer dizer e paradoxalmente talvez, a bipolarização política aumenta à medida em que diminui a bipolarização territorial e dela pode resultar também a diminuição da bipolarização social, como venho afirmando há muito tempo. Resulta ou não, o certo é que o PS se encontra perante o fantasma da sua italianização e nisso está o cerne da derrota de 2 de Dezembro: O que era um fantasma, real apenas para os analistas, tornou-se uma evidência para os eleitores. E as próximas eleições provavelmente vão mostrá-lo.

O PS fica pois colocado numa situação de encruzilhada: tornar-se um partido de esquerda e concorrer com a APU, deixando à AD a viabilidade de tomar o centro-esquerda? Virar à direita e abandonar a sua área esquerda à colonização crescente do PCP? Ou, em simultâneo, virar à direita (para captar o centro-esquerda ainda disponível) e começar a preparar a aliança, à francesa, com a APU, ainda que isso signifique sacrificar as eleições de 1980?



# PERDEU-SE UMA BATALHA MAS NÃO A GUERRA

Não está nos nossos hábitos escamotear a verdade. Ou tentar, como se diz, «dourar a pílula», jogando com a crueza dos números. Devemos pois reconhecer, com sentido crítico sobre as deficiências próprias, que o Partido Socialista acaba de ter uma derrota eleitoral — a primeira, desde que há eleições em Portugal.

Encarar a realidade sem dramatismo e com naturalidade democrática — uma democracia pluripartidária a alternância é uma regra constante, dado que o poder desgasta — reconhecer com sentido crítico e inteligência as correntes profundas que movem o eleitorado, em busca de estabilidade e segurança, e face às preocupações complexas do quotidiano, é dever dos socialistas nesta hora que para nós não é evidentemente feliz. Contudo, sem nos deixarmos minimamente desencorajar. Perder uma batalha não significa perder a guerra. E como sempre dissemos nos anos difíceis de resistência, «só é vencido quem desiste de lutar». O que não será — como todos sabem — o nosso caso.

Partido do poder num dos momentos mais difíceis da vida nacional — quando foi necessário recuperar o País do caos e evitar a ruptura financeira — partido associado ao poder — quer quisesse quer não e mesmo depois de afastado do Governo — quanto mais não fosse pela decisiva importância do seu grupo parlamentar, o PS teria que ser, necessariamente, aos olhos da população menos politizada, responsabilizada por tudo quanto de menos bom existe na sociedade portuguesa e a principal vítima do descontentamento efectivo que atinge largas camadas da população, confrontadas com dificuldades e carências muito concretas. Por outro lado, todas se apostaram contra o PS: a coligação heteroclita da direita, que vê no PS o «inimigo principal a abater» — dado que nos próximos anos é a única alternativa de governo, capaz de se lhe substituir; a coligação formada pelo PCP e pelos seus fieis aliados do MDP/CDE, para a qual o PS é necessariamente o concorrente mais directo em busca do «voto útil de esquerda»; e, finalmente, a dispersão dos chamados pequenos partidos de esquerda — que para auto-justificarem a sua presença nas eleições tiveram que promover o PS a alvo principal dos seus ataques.

Porém, tendo em conta a realidade sociológica dos países da Europa Ocidental — e o peso relativo que nela têm os partidos socialistas e sociais-democratas — dadas, por outro lado, as circunstâncias nacionais referidas, objectivamente desfavoráveis para o PS, os resultados eleitorais de 2 de Dezembro não devessem considerar-se, apesar de tudo, como bastante razoáveis. O PS obteve no conjunto 27,4% dos sufrágios (em França o PSF representa 24%, em Itália, o PSI, 10% e em Espanha o PSOE, cerca de 29%) ou seja, 1 621 950 votantes. O que significa que em cada 4 eleitores há um PS ou mesmo ligeiramente mais. Continua a ser o maior partido português, individualmente considerado, e o maior partido de esquerda. É certo que perdeu — desde as últimas eleições de 1976 — um pouco mais de 250 mil votos e que, jogando contra si a regra de Hondt (que em 1976 o beneficiou) perdeu na Assembleia da República 34 mandatos, em Termos absolutos, ou 21, se tivermos em conta que o número de deputados desceu de 263 para 250.

Assumindo com coragem a derrota — e as responsabilidades que individualmente possamos nela ter — não nos devemos contudo sujeitar a exercícios de auto-flagelação. Há que examinar criticamente as realidades eleitorais e tirar daí as consequências que se imponham a curto e a médio prazo. Como partido de oposição somos — e continuaremos naturalmente a ser — uma força decisiva na sociedade portuguesa. Mas não nos devemos remeter para essa mera situação, como faz o PCP, assumindo-se pura e simplesmente como contrapoder. Somos um partido essencialmente de Governo, na perspectiva que não podemos perder de 1980 e sobretudo de 1984 — e como tal temos que recuperar e alargar o nosso eleitorado, tornando-nos um factor de confiança e um recurso ou uma alternativa positiva de poder para a generalidade do Povo. Sem o que não haverá alternância possível e a democracia ficará em perigo.

Não é demais salientar que a direita não é maioritária neste País. E só transitoriamente está unida. As grandes dificuldades, para ela, começam agora, por mais que as tentem distarçar. Tem legitimidade democrática para ser governo — reconhecemo-lo sem qualquer ambiguidade — mas não para tentar alterar

o regime. A linha de defesa da democracia, essencial, passa pois pela afirmação do 25 de Abril e dos direitos democráticos conquistados com a Revolução.

Pela primeira vez, desde 1910, a direita chega ao poder em Portugal por via democrática e eleitoral e não em resultado de um golpe militar contra as instituições. Representa isto também um facto político de evidente significado.

Na Aliança Democrática existem contudo forças provadamente antidemocráticas e uma dinâmica revanchista muito perigosa, que se tem manifestado exuberantemente nos últimos dias e que tenderá a pôr em risco as instituições saídas do 25 de Abril. Esperemos que os responsáveis da Aliança tenham a consciência do perigo que eles próprios correm e se disponham a travar essa dinâmica. O PS, partido hoje claramente de oposição, mas partido responsável, continua a não ter qualquer interesse no extremar dos campos e em caso nenhum cairá na tentação de fazer a política do «quanto pior, melhor», que contra si foi utilizada à saciedade pelos dois lados. Mas como partido de oposição não cederá uma polegada na defesa intransigente dos princípios. Exigir que as promessas feitas pela Direita sejam cumpridas e que os problemas de fundo do País, tão utilizados contra o PS, sejam rapidamente resolvidos. Veremos se as esperanças que a Aliança desencadeou, porventura com excessiva imprudência, serão ou não, satisfeitas. Analisaremos em todas as oportunidades as medidas e as decisões tomadas. Sem acrimónia mas, naturalmente, sem concessões. Ao refluxo revolucionário sucederá, como não pode deixar de ser, um movimento de simpatia e de justiça em relação ao PS. Demos, pois, tempo ao tempo e tenhamos confiança. (...)

6 DE DEZEMBRO DE 1979

accan  
SOCIALISTA

## PRESENÇA DE RAUL REGO



(...)  
Nas direitas, de Adão e Silva a Lucas Pires, a distância é muito grande e as divergências assinaláveis. Por isso a aliança das direitas se nos mostre mais um enfeixamento de partidos e pessoas que se dispuseram a ir à conquista do poder que, de outra forma, não conseguiriam. Trata-se agora de saber por quanto tempo o vencido poderá atar o feixe, sem que este de desfaça ou comece a dar de si e a arreparem-se os seus elementos uns aos outros. Vamos ver quanto tempo longo o período marcado para a... do que por afinidades... que seja uma afirmação.

mas a pergunta que muitos se fazem neste momento é a de saber por que é que a aliança das direitas teve tanto empenho em não perder votos e por isso se uniu, e a esquerda não fez o mesmo, o que lhe teria dado, à primeira vista, a vitória. Em primeiro lugar, duvidamos muito que as condições em que se aliaram as direitas portuguesas se achem realizadas para permitir a aliança das esquerdas. Estruturalmente há mais divergências entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista do que as há entre o PPD e o CDS. O conceito de democracia comunista é muito diferente do conceito que os socialistas fazem da mesma democracia. O ano de 1976...

do no tempo...  
As esquerdas em Portugal, podem unir-se contra um inimigo comum, como se uniram contra a ditadura fascista; mas dificilmente se poderão unir para a construção de uma sociedade que uns querem essencialmente livre, respeitadora dos direitos de todos, e outros querem sobretudo feita sob modelo unitário ditado da cúpula para a base. Estamos num momento particularmente...  
democracia...



# A DEMOCRACIA IMPLICA ALTERNÂNCIA

ACORDO  
SOCIALISTA

6 DE DEZEMBRO DE 1979

«A luta pelo socialismo democrático é um combate histórico, que implica avanços e recuos, vitórias e derrotas, num processo de progressivo enraizamento dos ideais socialistas no povo português. A descida do PS não significa que o PS seja um partido derrotado. Perder uma batalha não é perder a guerra. O Partido Socialista continua a ser uma grande força política popular e nacional imprescindível à construção da Democracia.

Sem prejuízo de uma análise serena, profunda e objectiva, acerca das causas da descida eleitoral do PS, o Secretariado Nacional, solidário nas suas responsabilidades, saúda todos os militantes, simpatizantes e eleitores socialistas e a todos exorta a que, nesta hora, afirmem, mais do que nunca, o orgulho de ser socialista.

Aceitando, democraticamente, a vitória relativa da AD, o Secretariado Nacional considerou necessário sublinhar que esta, dispendo embora de escassa maioria parlamentar (128 em 250 deputados), não é uma maioria nacional e que os sufrágios da esquerda continuam a ser maioritários. Importa igualmente afirmar que o PS continua a ser a principal força política de esquerda nacional, como partido individualmente considerado.

A AD tem legitimidade constitucional para governar. Mas não tem legitimidade democrática para mudar o regime — o PS, como grande partido democrático e responsável que é, saberá, na oposição, servir o País e defender palmo a palmo as conquistas democráticas do povo português.

A subida das forças de direita exige de todos os socialistas uma redobrada militância. Não é hora de baixar bandeirolas, mas sim de ostentar com orgulho o emblema do Partido que, mais do que nenhum outro, contribuiu para que a Democracia, seja uma realidade viva em Portugal.

Terminou uma batalha. Uma outra se inicia, com as eleições autárquicas.

O Secretariado Nacional dirige-se a todos os militantes, que de Norte a Sul souberam bater-se com honra e dignidade, para que de novo se mobilizem, de modo a impor o recuo das forças de direita nas próximas eleições de 16 de Dezembro.

É preciso lutar para que em cada Câmara e em cada Junta de Freguesia se afirme a presença de autarcas socialistas, única forma de garantir um poder local forte e democrático, ao serviço das populações e da consolidação da Democracia.

Partido da resistência, Partido da Revolução de Abril, o PS tem a suficiente experiência, humana e política, para colher ensinamentos dos erros cometidos e transformar o recuo momentâneo em acumulação de forças para novas batalhas e novas vitórias.

A hora é de luta. O PS saberá fazer frente às dificuldades. Como partido da oposição continuará a desempenhar um papel histórico na defesa da Liberdade e do regime democrático e não permitirá que a vitória relativa da AD se transforme na vitória dos saudosistas do passado.

A Democracia implica alternância de Governo. Os portugueses compreenderão, por experiência própria, que mais cedo ou mais tarde, terão de recorrer de novo ao PS para governar. Os vencedores de hoje serão os derrotados de amanhã.

Viva o 25 de Abril.

Viva o Partido Socialista.»

O SECRETARIADO NACIONAL DO PS

ACORDO  
SOCIALISTA  
6 DE DEZEMBRO

# CONSERVADORES E COMUNISTAS: O MESMO COMBATE

MARYVONNE CAMPINOS E PEDRO MOURA

A Aliança Democrática, ao apresentar listas unitárias para alguns órgãos autárquicos; pretende atingir, essencialmente, dois objectivos de uma mesma estratégia: por um lado provocar o «esmagamento» do Partido Socialista, por outro beneficiar, directa ou indirectamente, o P.C.P., de modo a que este partido se possa apresentar como único interlocutor das forças conservadoras. E isto apesar das sucessivas proclamações dos dirigentes conservadores que, aparentemente, pretendem fazer crer que o Partido Comunista é o seu inimigo principal.

A estratégia da Aliança Democrática, a nível autárquico, parece ter por pressuposto fundamental duas preocupações de igual importância e de idênticos objectivos: a bipolarização da vida política portuguesa, que passa necessariamente pelo esmagamento do Partido Socialista, e a aproximação, inevitável, com o Partido Comunista que passa pela sua beneficiação a nível eleitoral, isto é, pelo apoio directo ou indirecto às pretensões hegemónicas do partido de Alvaro Cunhal.

Uma preocupação da Aliança Democrática é a beneficiação da estratégia de implantação de candidatos

## A «LIMPEZA» A NORTE DO TEJO

A preocupação de limpeza no Centro e Norte do País revela um esforço unitário das forças conservadoras que vai decrescendo progressivamente à medida que se passa dos distritos em que o PS está fortemente implantado para aqueles em que o PS apresenta mais fraca implantação. Assim, nos distritos de forte implantação socialista, a Aliança Democrática apresentará listas unitárias em quase todos os municípios como é o caso do distrito de Castelo Branco (apresenta-se em todos), do Porto (13 dos 17 municípios), da Guarda (12 dos 14 municípios), de Viana do Castelo (9 dos 10 municípios) e de Santarém (19 dos 22 municípios).

Nos distritos considerados intermédios, menos significativa a implantação do PS, o esforço unitário das forças conservadoras conduziu à apresentação de listas comuns em, apenas, 50% dos municípios, como é o caso de Coimbra (8 dos 17 municípios), de Leiria (6 dos 16 municípios) e de Lisboa (9 dos 15 municípios).

Nas zonas de muita fraca implantação do PS, a Aliança Democrática quase não apresenta listas unitárias.

que de o principal do... ralmente, o bloco comunista.

Apesar do carácter excepcional desta opção ela revela, de forma significativa, quanto a Aliança Democrática aposta na dinâmica comunista. Os conservadores endossam, nestes municípios, as responsabilidades eleitorais no bloco APU, dando ao voto comunista o carácter de voto útil. Aliás, os conservadores desempenham, nestes municípios, o papel que os comunistas assumem nos restantes municípios do Norte e Centro do País.

Uma... que o melhor... Não será necessário dizer que... consideram extremamente grave e... recomendação para o eleitorado conservador. «à la limite» a Aliança Democrática estabelece, apesar das sucessivas profissões de fé dos líderes conservadores, uma aliança, que certamente terá repercussões governativas, com o Partido Comunista.



# PCP propõe ao PS encontro de delegações

No extenso documento tornado público ao fim da manhã, aprovado na sequência da reunião iniciada às 9 e 30 de ontem e que se prolongou até à madrugada de hoje, o Comité Central do PCP refere ter deliberado mandar a Comissão Política do partido «para diligenciar e propor encontros a forças e sectores democráticos, assim como a democratas independentes, a fim de examinarem as possibilidades de acção comum para fazer frente às forças reaccionárias nas condições criadas» pelos recentes resultados eleitorais. «Neste quadro — acrescenta o comunicado — o CC mandata a Comissão Política para propor no imediato um encontro de delegações do PCP e do PS».

Neste âmbito ainda, o órgão dirigente do PCP «chama a atenção das organizações do partido para que (conformemente à orientação geral do partido e tendo em conta a situação actual) multipliquem as iniciativas a fim de aprofundar ou estabelecer contactos com outras forças e sectores democráticos (MDP, PS e outros democratas) com vistas a examinar as possibilidades de acção comum no âmbito da actividade respectiva».

«Os resultados das eleições — salienta, a propósito o CC do PCP — e o acrescido perigo reaccionário que delas resultou confirmam a imperiosa necessidade de reforçar a unidade dos trabalhadores, a aliança da classe operária com o campesinato e as classes e camadas médias, bem como a aproximação, o entendimento, a cooperação e a acção comum de todos os democratas e patriotas, especialmente comunistas».

## OS RESULTADOS ELEITORAIS

No documento de cerca de 2500 palavras, que conclui com a afirmação de que «o povo português saberá defender e defenderá o Portugal de Abril», o PCP considera que o significado das intercalares e respectivos resultados «terão sérias consequências no futuro próximo e imediato» por três «razões fundamentais e contraditórias».

Primeira razão a realização de eleições, por estancar a «grande ofensiva reaccionária contra as conquistas de Abril que o governo fascizante de Mota Pinto vinha desenvolvendo» constituiram «afirmação de vitalidade das instituições democráticas». Segundo: o provável governo resultante delas e a maioria obtida para a AR «fazem surgir sombrias perspectivas para os trabalhadores e para todo o povo português e criam uma nova situação contraditória, complexa e perigosa para a democracia portuguesa». Finalmente, porque a maioria dos votos obtidos pelos partidos democráticos a campa-

inha de massas do PCP, a «enorme votação na APU e o consequente reforço do grupo parlamentar do PCP (além da eleição de candidatos do MDP) confirmam a força poderosa e a determinação democrática do movimento operário e popular e as possibilidades reais de lutar com êxito contra a reacção e em defesa do Portugal de Abril».

## ÊXITO DA APU E O DESAIRE DO PS

Sobre o êxito da APU (mais 335 mil votos, mais sete deputados — representando efectivamente dez devido à redução da AR de 263 para 250 — além de aumento generalizado em todos os distritos e regiões autónomas; reforço em Évora, Beja e Setúbal; eleição pela primeira vez de deputados em Aveiro e Braga; duplicação no Porto e votações maciças na zona da Reforma Agrária e nos grandes centros industriais) o documento refere que mostraram ter o PCP cumprido «com honra o seu papel de grande baluarte na defesa do regime democrático» (alargamento da influência, dinâmica unitária em torno da APU).

Sobre a queda da votação do PS, o PCP atribui-a, fundamentalmente ao descrédito da sua política de «recuperação capitalista, latifundiária e imperialista, a política de pacotes, as suas vacilações, hesitações e cedências ante pressões e exigências da reacção interna e do imperialismo, às suas alianças com a direita, ao seu anticomunismo» e representa «um fracasso das concepções social-democratas nas condições do Portugal democrático saído da revolução de Abril».

O facto de os resultados eleitorais mostrarem não ser o PS sozinho, ao contrário do que apregoava, «uma sólida barreira contra a reacção» e a «divisão e enfraquecimento dos votos na esquerda» provocada pelas candidaturas da UEDS e dos grupos esquerdistas, são outros pontos salientados no comunicado do CC do PCP.

## VOTAÇÃO AD

Este denuncia ainda o facto de a votação na AD ter beneficiado da situação antidemocrática existente em numerosas zonas do país (nos Açores e Madeira o PSD elegeu sete deputados) das campanhas de calúnias e mistificação da informação e da opinião pública, de acções de intimidação e coacção: do arrebanhar de eleitores pelos mais vanos meios e processos, da ilegítima utilização de pressões

económica, material física, moral e religiosa — considerando a propósito, que tal êxito eleitoral da direita «tem um carácter precário e não pode considerar-se uma expressão genuína da vontade popular» e que «a base de apoio social e política das forças democráticas continua a ser mais ampla e mais forte do que a das forças reaccionárias».

## IMPORTÂNCIA DOS LOCAIS

Finalmente o PCP salienta que a AR agora eleita estará a funcionar apenas até 1980 e que os governos dela resultantes terão vida limitada de 8/9 meses

e com «obrigatoriedade (governo e assembleia) de orientarem a sua actividade no quadro da Constituição e das Instituições», e chama a atenção na situação criada pelos resultados das intercalares o «particular significado e importância» das eleições locais sendo imperioso confirmar nestas «o êxito» do PCP e da APU nas intercalares, atráindo, pela dinâmica unitária sectores ainda mais vastos da população a apoiar a Aliança Povo Unido nas Autárquicas.

Fundação Cuidar o Futuro  
Diário de Lisboa

5 de Dezembro de 1979



# Quando fará o PS uma autocrítica séria?



O PS vai sofrer no domingo nova derrota. Poderia ter aproveitado o breve intervalo entre as eleições intercalares e as autárquicas para reflectir sobre os erros cometidos e iniciar uma mudança de rumo. Mas isso não aconteceu.

Na hora em que o Partido Comunista, empenhado em fazer frente à reacção e garantir a defesa do regime democrático, renovou a sua proposta para um encontro entre os dois partidos, que fez o PS? Rejeitou esse apelo e, imitando a linguagem insultuosa dos grupelhos anticomunistas, passou a acusar o PCP de «uma incontinência de hegemonia». Frustrada pela derrota, a direcção do PS esquece que o inimigo da democracia foi sempre a direita, e parte em campanha contra as forças progressistas. Em Lisboa e em muitas localidades do País, carros de som do PS cumprem o papel degradante de gritar que a APU vai votar nos candidatos socialistas. Até aí desceu o PS... Enquanto recusa a mão que os comunistas lhe estendem, o Partido Socialista propõe, a nível local, acordos à Aliança Reaccionária para tentar impedir a vitória das listas e dos candidatos da APU. Isso aconteceu concretamente — segundo o semanário «Expresso» — na vila de Moura, o maior centro urbano da margem esquerda do Guadiana.

Os militantes e simpatizantes socialistas saberão tirar conclusões das atitudes dos seus dirigentes, mais preocupados em dividir e enfraquecer a esquerda do que em derrotar a direita.

A leitura da entrevista que o secretário-geral do PS deu a «o jornal» (7.11.79) constitui um documento importante para se avaliar o estado de espírito derrotista que domina a direcção socialista nas vésperas da segunda batalha eleitoral de Dezembro. Em vez de descer ao fundo dos erros cometidos, retoma o sr. Mário Soares a velha história de que «o PS nunca se aliou com a direita». Não tem uma palavra para criticar os crimes que Barreto, com o apoio de toda a máquina governamental socialista, cometeu contra os trabalhadores alentejanos e ribatejanos. O sr. Mário Soares fala agora apenas nas «flutuações» da política do seu partido na Zona da Reforma Agrária, diz que elas fizeram perder «credibilidade» ao PS, mas termina com uma enormidade: «aqui também o tempo e as confrontações que já se desenharam, nessa zona, nos virão a justificar *à posteriori*». **Justificar, portanto, também Barreto!**

O secretário-geral do PS simula ignorar que não é com habilidades semânticas que se muda a História. O PS não só se aliou à direita como confiou altas responsabilidades a dirigentes seus que o traíram e se transformaram agora em candidatos da Aliança Reaccionária ou a apoiaram publicamente. Os srs. Medeiros Ferreira e Sousa Tavares, agora deputados da direita, foram homens da máxima confiança do secretário-geral do PS. Os srs. Nobre da Costa e Mota Pinto foram ministros do I Governo Constitucional. O «centrista» Basílio Horta — ex-dirigente da CIP — recebeu do primeiro-ministro Mário Soares a incumbência de ocupar a pasta do Comércio. O embaixador Victor da Cunha Rego, indignado, segundo a imprensa aliançária, para ser a eminência parda do sr. Sá Carneiro foi durante quase três anos o braço direito do sr. Mário Soares.

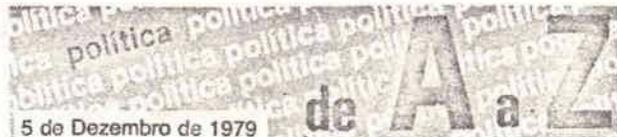
É melancólico que as declarações do secretário-geral do PS carreguem, nesta hora difícil, o pessimismo de um vencido. Só consegue ver o movimento da História através de metáforas euro-ocidentais. A cada momento, para explicar o que pode ou não pode acontecer em Portugal, cita a França, a Itália, ou a República Federal da Alemanha. Como se o Povo português precisasse de licença de estrangeiros para construir o seu próprio futuro.

O desalento atinge tais proporções que acredita estar próximo o dia em que a juventude escolar «deixará de ser conservadora monárquica (...) e voltará a ser progressista como foi sempre no tempo do fascismo». É tempo, sim, de acabar com fantasias capituladoras. Onde estão nas escolas os jovens monárquicos, que ninguém os vê? O PPM não passa de uma ficção. Assumisse o PS as suas responsabilidades, e o sr. Mário Soares logo verificaria que a direita seria derrotada em todas as escolas por uma juventude que nunca deixou de estar com Abril.

É natural que diante de um partido cujos dirigentes se comportam como vencidos sem ânimo, a direita redobre de arrogância. O último editorial do «Expresso» exorta sem rodeios o PS à vassalagem perante a Aliança Reaccionária e ameaça-o com apreensões da Internacional Socialista se a derrota o levar a «avançar para uma maioria de esquerda à francesa». A direita deixa transparecer os seus secretos temores nessa grosseira mentira. Na realidade, a IS está neste momento apreensiva com a vitória parlamentar da direita portuguesa. Na RFA, o partido fascizante de Franz Strauss já começou a usar a derrota do PS como arma na sua campanha contra os sociais democratas.

O «Expresso» exorta o PS a comportar-se bem na UGT e acena-lhe com «um acordo de regime». Não pode o PS receber nestes dias maior insulto do que os convites da direita para que traia o 25 de Abril.

Quando chegará para o PS a hora da autocrítica séria?



5 de Dezembro de 1979

## MAIORIA MINORITÁRIA

Os números contrariam os resultados políticos do acto eleitoral. O Partido Socialista (PS), a Aliança Povo Unido (APU), a União Democrática Popular (UDP), as formações de esquerda com representação parlamentar, tiveram 229 448 votos mais do que a Aliança Democrática (AD). A esta que será maioritária na Assembleia da República deram o seu sufrágio 2 661 551 eleitores, votaram nos partidos da esquerda 2 890 999 eleitores. A «Aliança» é minoritária no País; por obra e graça do «método de Hondt» será maioritária na Assembleia da República.

Esta circunstância sobrepõe-se à fraca margem da maioria parlamentar alcançada e confere-lhe um carácter extremamente precário. Uma maioria absoluta que pela heterogeneidade da sua composição se apresenta à análise política como relativamente incoerente, é, na realidade, uma minoria se considerarmos o aspecto quantitativo dos resultados eleitorais à boca das urnas, se considerarmos os votos entrados e não os deputados eleitos.

É natural que os portugueses se interroguem sobre a justiça e impecabilidade de um sistema eleitoral que proporciona este resultado antidemocrático: os que têm mais votos, têm menos deputados. Além de se registarem, na eleição dos deputados, disparidades consideráveis. O mais gritante exemplo será o da UDP: a 127 825 eleitores corresponde 1 deputado. Outro exemplo, focando ainda o caso da UDP: 21 700 eleitores «aliancistas» elegeram, por Lisboa, 1 deputado; o deputado da UDP, por Lisboa, foi eleito com 35 850 votos.

... e culturais. ... nacionais, civis e

Nas fileiras da AD esperitam, aguardam a oportunidade, inimigos jurados do regime democrático. Com a AD estão os votos do MIRN, as benções de Pinheiro de Azevedo, de Galvão de Melo, de Kaulza de Arriaga. Está o «voto útil» dos saudosistas do salazarismo.

Nas fileiras da AD, e no topo dirigente da AD, alimenta-se a ideia de mudar o regime. Pensa-se em mudança dos detentores do poder. Com mudança do poder, se sonha. E um íntimo colaborador do dr. Francisco Sá Carneiro anotou democraticamente: «E a primeira vez em Portugal que o poder muda de mãos por via eleitoral».

Esta mudança, na realidade, significa para os condutores da AD, uma ruptura da continuidade democrática constitucional. Significa o termo de uma presença político-militar na vida nacional. Que acabou o poder dos militares, disse-o, calorosamente, o deputado Ângelo Correia.

# BISPO DO FUNCHAL DÁ INDICAÇÕES DE VOTO

dp — 10-12-79

FUNCHAL — O bispo do Funchal tornou pública uma nota pastoral em que apela ao voto nas próximas eleições como forma de impedir que «os marxistas assaltem as nossas câmaras e as nossas freguesias».

Repudiando «o ateísmo e colectivismo totalitário» que imputa aos marxistas, D. Francisco Santana manifesta como ambição católica a do «progresso verdadeiro das nossas populações».

A nota pastoral, divulgada através do «Jornal da Madeira», ligado à diocese do Funchal, indica aos eleitores católicos um processo «prático» de se não enganarem no preenchimento dos boletins, levando para o local de voto modelos em que a opção já está assinalada e se copia depois para os três boletins oficiais.

Entretanto, o dirigente do P.S., Gil Martins recusou o matutino «Jornal da Madeira»

de não dar acesso ao noticiário oriundo do seu partido e salientou que, embora o P.S. tenha solicitado dois esclarecimentos ao abrigo da Lei de Imprensa, os mesmos não foram divulgados.

Insurgiu-se também contra a campanha que tem vindo a ser efectuada contra o seu partido por parte da Igreja local e recordou que foi o P.S. quem mais contribuiu para que a Rádio Renascença fosse devolvida ao Patriarcado.

## PRESIDENTE DO GOVERNO TAMBÉM INTERFERE NA CAMPANHA

O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, também interferiu na campanha eleitoral.

Numa entrevista no «Jornal da Madeira» afirmou que o P.S. e a U.D.P. estão «sob o

controlo discreto do P.C.». Depois de preconizar a alteração legal de toda a legislação que pudesse facilitar a acção marxista, Alberto João Jardim aponta como «erro trágico» uma eventual «divisão de votos» em autarquias e concelhos, como Funchal, Machico e Porto Santo, onde o sector «marxista» obteve resultados mais positivos no último escrutínio. — (Anop)

dp — 11-12-79

# BISPO DOS AÇORES DÁ ORIENTAÇÃO DE VOTO

O bispo de Angra e Ilhas dos Açores apelou a todos os cristãos para que participem nas eleições locais de domingo. Mas D. Aurélio Granada Escudeiro foi mais longe: em nota pastoral afirma que «de cada eleitor depende que tudo caminhe bem e que não sejam nem o totalitarismo nem o marxismo, totalmente materialista e ateu, nem o liberalismo exagerado a orientar a vida dos nossos municípios e das nossas freguesias».

A abstenção nas eleições locais deverá aumentar significativamente em relação às intercalares, segundo se conclui de um breve estudo realizado pelo serviço de eleições da Anop. Esta previsão apoia-se no comportamento do eleitorado em 1976, em fatores psico-sociológicos e na menor dinamização dos eleitores pelos partidos, através dos meios de Comunicação Social. Enquanto em Dezembro de 1976 não votaram nas eleições para as assembleias municipais 35,5 por cento dos eleitores inscritos, em 1979, a maior proximidade entre as eleições para a Assembleia da República e para as autarquias deverá favorecer ainda mais o número de abstenções.

# APU IMPUGNOU ELEIÇÕES NO DISTRITO DE C. BRANCO

o diário  
11 de Dezembro de 1979

**CASTELO BRANCO (do nosso correspondente)**  
— Por «suspeição geral» relativamente aos resultados do concelho de Penamacor, a Aliança Povo Unido impugnou as eleições realizadas no distrito de Castelo Branco.

São três as razões que motivaram a atitude assumida pela APU.

1. Cinco actas de cinco sessões referem a existência de votos nulos, mas os respectivos boletins de voto — 83 no total — não acompanham as actas enviadas à assembleia de apuramento geral, contrariamente ao que dispõe a lei.

2. A assembleia de apuramento geral considerou válida a contagem de uma secção de voto que enviou

a acta em branco sem registo dos resultados.

3. A assembleia de apuramento geral considerou válidos 40 votos em que o PT estava riscado, por indicação da mesa. Na secção de voto em que isso aconteceu, na freguesia de Águas, Penamacor, a mesa afirmou que faria seguir esses boletins para a assembleia, a fim de que esta tomasse uma decisão. Mas não apareceram. Um delegado da APU ao chegar à mesa, por volta das 10 horas, encontrou

os referidos boletins fora da urna.

Na freguesia da Bemposta, também em Penamacor, foram pedidos mais boletins para substituir aqueles que tinham o PT riscado. Mas na acta não há qualquer referência aos boletins que deveriam ter sido inutilizados.

A existência de factos e decisões tão ostensivamente ilegais suscitou um clima de suspeição geral quanto ao funcionamento das mesas de voto na área do concelho de Penamacor.

Recorda-se que a Aliança Povo Unido não elegeu um deputado pelo círculo de Castelo Branco por apenas 94 votos.



# “Voto útil” da UEDS teria conduzido ao empate

«Se a UEDS tivesse preferido usar o voto útil em Faro, Santarém e Castelo Branco, o PS teria ganho mais dois mandatos e a APU outro, o que poderia prenunciar um empate na distribuição de lugares na AR», considera um relatório dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução sobre os resultados eleitorais, que «O Jornal» revela em primeira mão.

Os resultados eleitorais de 2 de Dezembro foram alvo de uma cuidadosa análise por parte dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução que, por solicitação superior, elaboraram para distribuição aos conselheiros, um estudo tão aprofundado quanto possível, do sufrágio.

O documento, de 27 páginas, inclui mapas com as variações partidárias, a distribuição comparada dos deputados e outros resultados considerados de interesse.

Na «análise sucinta» que os Serviços de Apoio fazem aos resultados eleitorais, sublinha-se que «a AD, embora tivesse aumentado em termos relativos, não viu o seu projecto aceite pela maioria do povo português».

Declara-se que «a afluência às urnas demonstra que o povo português continua a querer manifestar-se como sujeito do seu destino e isto

é uma grande vitória da democracia» e afirma-se que «não se pode pôr em causa a legitimidade que assiste à AD de governar».

Os analistas do CR consideram que «ficou claro o apoio eleitoral por parte das populações da zona à proposta da força política que mais se reclama de defensora da Reforma Agrária» e destacam que «as sucessivas eleições e a actual demonstraram que o espectro político está estabilizado, apesar de teoricamente se poder admitir a existência de espaços vagos que a prática demonstrou não serem preenchíveis. Isso terá sido entendido pelos Reformadores e pelo PPM e ignorado pela UEDS e pelo POUS».

A AD, considera o mesmo estudo, aumentou a sua votação em todos os círculos eleitorais (+ 478 173), embora a sua subida percentual (+ 21,9) tenha sido cerca de metade da registada pela APU

(+ 42,7) e o PS teve uma quebra de 14,2 por cento do seu eleitorado, quebra no entanto substancialmente inferior à subida registada pela APU. Os socialistas subiram todavia, em termos absolutos e relativos, nos distritos do Norte — Aveiro, Braga, Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Para o estudo encomendado pelo CR, o PS continua a ser o partido com expressão nacional mais homogênea e recuperou os votos que havia perdido nas eleições autárquicas de 1976.

Na análise que faz à APU, o estudo do CR sublinha que os comunistas subiram em todos os círculos eleitorais, tanto em valores absolutos (+ 335 604) como em percentagem (+ 42,7 por cento), com subidas superiores a 50 por cento em 14 distritos e superiores a 100 por cento em nove.

Com estes resultados, diz o relatório, a APU/PCP revela-se, desde já, uma força política com implantação nacional.

No documento do CR afirma-se também que o método de Hondt beneficiou a coligação AD que elegeram um deputado por cada 2 119 votantes, enquanto o PS e a APU necessitaram, respectivamente, de 22 218 e de 22 856. Já a UDP preci-

sou de 127 825 para conseguir o seu mandato.

Os analistas do CR comentam que «se por hipótese as forças de esquerda com representação parlamentar (PS, APU e UDP) se tivessem apresentado coligadas ao eleitorado seria bem diferente o resultado: 128 mandatos para a esquerda e 118 para a AD».

«Aliás — continua o relatório — não seria preciso ir tão longe no campo das hipóteses. Para que já fosse outra a distribuição dos lugares no Parlamento bastava que a UEDS tivesse preferido usar o voto útil em Faro, Santarém e Castelo Branco. O PS ganharia assim dois mandatos e a APU outro, todos retirados à AD pelo que esta obtería 122 mandatos contra 124 da esquerda o que poderia prenunciar um empate na distribuição de lugares na AR.»

O relatório que temos vindo a citar termina por salientar que «a parte do País que mais contribui para a formação da riqueza vota inequivocamente à esquerda, já que nos distritos em que esta tem votação maioritária se produz 71,6 por cento do PIB (dados de estrutura de 1970)».

L.P.A.

## Ainda as eleições gerais

# O silêncio do CR deve-se ao revés do PS

Com o apuramento dos resultados eleitorais pelos círculos da emigração (Europa e resto do Mundo), depois de amanhã, serão finalmente conhecidos, oficialmente os resultados totais das eleições para a Assembleia da República, os quais irão confirmar a vitória da Aliança Democrática e conferir uma nova face à Assembleia da República, onde tem imperado a maioria de esquerda, devido ao esquema organizado pelo MFA marxista.

O facto de o Conselho da Revolução, contrariamente ao que se tem verificado em anos anteriores, não ter divulgado nenhum comunicado felicitando as forças democráticas pela sua vitória, deixou os meios políticos notoriamente intrigados, e

perplexos, tendo em conta, principalmente, o interesse e a ansiedade com que os membros marxistas do órgão de tutela do regime acompanharam a evolução e conhecimento dos resultados do escrutínio, na Gulbenkian.

Observadores atentos não deixam de atribuir essa posição a um certo desencanto e desmoralização da parte dos “conselheiros” da ala esquerda do CR, desiludidos com o PS, partido ao qual atribuem a responsabilidade dos resultados eleitorais, que pretendiam ver conjurar de novo, a maioria de esquerda.



# VI Governo: surgem os primeiros nomes

## F. DO AMARAL nas Finanças

### CUNHA REGO ministro-adjunto

### ROCHA VIEIRA na Defesa

## PPM e Reformadores só na AR

REALIZA-SE hoje importante reunião entre Francisco Sá Carneiro, Presidente do PSD, e Diogo Freitas do Amaral, Presidente do CDS, na qual deverão ser concretizados já aspectos fundamentais da estrutura e da composição do futuro Governo Constitucional.

Esta reunião será seguida, do Conselho Nacional do PSD, à noite, que deverá apreciar os resultados das eleições intercalares e conceder plenos poderes a Francisco Sá Carneiro, para aceitar o cargo de Primeiro-Ministro e formar Governo.

Entretanto, Sá Carneiro teve vários encontros com Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Teles, para debater e ajustar a estratégia do Governo da Aliança Democrática, e definir as linhas-mestras da sua orgânica e composição.

Também ontem, Sá Carneiro debateu com Medeiros Ferreira, dirigente reformador, os resultados das eleições, a estratégia do Governo da AD e as alterações a introduzir no Regimento da Assembleia da República, tendo em linha

de conta os Grupos Parlamentares do PPM e dos Reformadores.

Das reuniões realizadas, ainda nada de definitivo foi divulgado quanto à formação do VI Governo Constitucional, mas observadores políticos atentos consideram possível que os principais dirigentes do PPM e dos Reformadores, eleitos deputados, não estejam interessados em participar no Governo, até pelas consequências que tal acarretaria para os respectivos Grupos Parlamentares, na medida em que a sua substituição constitucional nas listas da Aliança, alargaria os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, em detrimento de PPM e Reformadores.

Entretanto, tudo indica que Francisco Sá Carneiro venha a ser convidado para exercer o cargo de Primeiro-Ministro, estando na disposição de divulgar o Governo logo após o convite presidencial (num prazo de tempo eventualmente inferior a 48 horas).

Diogo Freitas do Amaral deverá

vir a ocupar o cargo de vice-Primeiro-Ministro, muito provavelmente para os Assuntos Económicos, sendo titular da pasta das Finanças. A alternativa seria a de desempenhar o cargo de vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos de Administração Pública (abrangendo a Reforma Administrativa), ficando a superintender no departamento governativo da Administração Interna.

No caso, mais provável, de se verificar a primeira hipótese, as pastas da Agricultura e da Indústria caberiam ao PSD e a do Comércio e Turismo ao CDS. Para as primeiras são referidos os nomes de João Goulão e de Álvaro Barreto, respectivamente.

No caso de Freitas do Amaral não assumir a pasta das Finanças, para ela são falados Ernani Lopes, João Salgueiro e Cavaco Silva.

Nos Negócios Estrangeiros, pasta que desta maneira caberia ao PSD, um nome aventado é o de Francisco Pinto Balsemão.

Das restantes pastas, caberiam

ao PSD nomeadamente a Saúde, a Saúde, o Trabalho, a Habitação e a Educação.

Para estes Ministérios são mencionados, com mais insistência, Carlos Macedo para a Saúde, Manuela Aguiar Moreira para o Trabalho, Helena Roseta para a Habitação e Vítor Crespo para a Educação. Departamentos como a Justiça, a Cultura e a Segurança Social não conhecem ainda nomes repetidas vezes enunciados.

De acordo com esta distribuição, o CDS ficaria ainda com as pastas das Obras Públicas e dos Transportes e Comunicações, lugares que deverão, ser ocupados por figuras de perfil técnico.

Um dado novo e importante poderá vir ainda a ser a existência de um ministro de Estado-adjunto do Primeiro-Ministro, ocupado com as relações com o Parlamento, os partidos políticos e lidando com as questões da Comunicação Social (deixando de existir ministro da Comunicação Social). O nome várias vezes aludido é o de Vítor da Cunha Rego.

Quanto à pasta da Defesa Nacional, um dos nomes aventados é o de Vasco Rocha Vieira, em missão de serviço em Bruxelas, não circulando nomes para a Administração Interna, na pendência da opção quanto à posição de Freitas do Amaral.

No plano parlamentar, duas hipóteses parecem avultar para a Presidência da Assembleia da República: Adelino Amaro da Costa e Leonardo Ribeiro de Almeida.

Embora o primeiro seja considerado mais provável, o segundo poderia ser aventado, sendo então Adelino Amaro da Costa líder nas bancadas da maioria parlamentar.

... todos estes (e outros) estão



Fundação Cuidar o Futuro

O PRIMEIRO DE JANEIRO  
5 de Dezembro de 1979

# «NÃO VAMOS RESTAURAR ECONOMIA CAPITALISTA»

Francisco Sá Carneiro declarou, ontem, que não seria candidato à Presidência da República em Junho de 1981. «A Aliança Democrática apresentará um candidato, mas não serei eu» — disse Sá Carneiro numa entrevista concedida à emissora francesa «France-Inter».

Sá Carneiro, que deverá ser convidado a formar Governo pelo Presidente Ramalho Eanes, declarou que este convite não se fará provavelmente antes de 17 de Dezembro, quando todos os resultados eleitorais forem conhecidos.

Para Sá Carneiro, a vitória da Aliança Democrática e «a derrocada muito sensível» do Partido Socialista devem-se «ao impacto que teve sobre o eleitorado a coligação da direita e do centro direita». «Pela primeira vez, vários partidos uniram-se em torno de um programa e apresentaram aos eleitores, não apenas uma preferência por um partido,

mas uma escolha de governo, uma possibilidade de maioria e uma escolha de política». — acrescentou Sá Carneiro.

O Partido Socialista continua a jogar sobre o isolamento. Manteve uma grande ambiguidade em termos de política e de modelo de sociedade. Cometeu erros na sua campanha eleitoral e pagou o preço do seu mau governo, acrescentou, em substância, Sá Carneiro.

Durante a sua existência antes das próximas eleições legislativas, Sá Carneiro declarou que as prioridades do seu governo «serão o combate à inflação e ao desemprego. «Pode-se controlar a

inflação e relançar a economia, com muito rigor e dificuldades, se se controlar a desvalorização do escudo e se se abrir a economia a novos investimentos para criar postos de trabalho».

O líder da Aliança Democrática considera que «a política de diálogo» que tencionava levar a cabo, deverá granjear-lhe «senão o apoio dos sindicatos, pelo menos a possibilidade de governar».

O seu objectivo não é de «restaurar a economia capitalista», disse ainda Sá Carneiro. «O objectivo de justiça social será mantido. É preciso abrir a economia para permitir investimentos em sectores que neste mo-

mento são monopólios do Estado».

Segundo Sá Carneiro «os sindicatos compreenderão e apoiarão uma política que possa traduzir-se por resultados concretos».

«Os sindicatos, os operários e os trabalhadores, recusarão ser os instrumentos de um ou de vários partidos políticos» — acrescentou.

A propósito da política externa, o dirigente social-democrata declarou que o seu objectivo era de fazer «entrar Portugal no Mercado Comum o mais rapidamente possível. A nossa política externa será clara e será assumida pelo Governo» — concluiu.

# SÁ CARNEIRO MANDATADO PELO P. S. D. PARA NEGOCIAR FORMAÇÃO DO GOVERNO

O Conselho Nacional do P. S. D., reunido durante o passado fim de semana em Lisboa, deu plenos poderes a Francisco de Sá Carneiro para efectuar as negociações visando a constituição de um Governo da Aliança Democrática, após o Presidente da República iniciar as consultas para a formação de um Executivo sair das últimas eleições intercalares. Ao mesmo tempo, foi decidido que as tarefas partidárias, até agora atribuídas a Sá Carneiro como presidente do partido, serão desempenhadas por Leonardo Ribeiro de Almeida, presidente da Comissão Política Nacional.

O comunicado emitido pelos sociais-democratas no final da reunião salienta que carecem de «qualquer fundamento todas as especulações acerca da constituição do Governo, pelo que o P. S. D. nem sequer as desmentirá» e reafirma os princípios em que deverá assentar a participação do partido no Governo: «Os partidos são o suporte do poder, não deverá ser o poder o suporte dos partidos.» Se

rão respeitadas em absoluto as linhas políticas definidas no programa de Governo, «mas com total autonomia do partido».

Quanto à formação do novo Executivo, Sá Carneiro reafirmaria à imprensa serem prematuras as indicações de nomes de prováveis ministros, mas admitiu que decorrem contactos entre os partidos que formam a Aliança Democrática, no sentido do preenchimento das pastas governamentais.

«Vamos aguardar sem pressas a solicitação do Presidente da República — acrescentou o líder social-democrata, antes de declarar que tanto se for chamada a A. D. em bloco como o P. S. D. o Executivo «será, em todos os casos», da Aliança Democrática.

Nos últimos dias, têm sido mencionados nomes como os de Freitas do Amaral para vice-primeiro-ministro, Amaro da Costa para a Educação e Vítor Cunha Rêgo para ministro-adjunto.

## Reflexões

TARDE / 10 DEZ

Uma comunicação telefónica com Madrid pôs-nos em contacto com o embaixador Vítor da Cunha Rego. Foi com surpresa que este ouviu dizer que o apontavam em Lisboa como ministro adjunto do dr. Sá Carneiro. «Não me fizeram qualquer convite — disse ele — e a notícia não tem, portanto, qualquer fundamento». O embaixador deixa na quarta-feira o seu posto na capital espanhola e vai depois preferir conferências em Espanha e em Itália só regressando a Lisboa pelo fim do mês.

Por aqui se avalia como está a ser produzida a informação relacionada com a constituição do Governo da Aliança Democrática. Um jornal dizia sem papas na língua: «Governo está formado».

Ora o dr. Sá Carneiro está ainda a efectuar negociações necessárias à organização do seu gabinete.

Aconselhamos todos os leitores a maior prudência quanto à veracidade das notícias que estão a surgir sobre este assunto. Não é urgente, de resto, que haja Governo. O que é importante é que haja um Governo competente.

Fundação Cuidar o Futuro

### EDIÇÃO ESPECIAL - 7 DEZ.

De qualquer modo, quer o PSD, quer o CDS, principais interlocutores na formação do Governo, têm aconselhado «uma maior reserva» na indicação de nomes para o VI, por considerarem que «poderá haver surpresas e algumas inovações», o que leva a crer que Sá Carneiro poderá vir a fazer preponderar a sua intenção de formar um Governo «com alguma originalidade».

### 11 DEZEMBRO 1979 O DIA

A poucos dias de nova consulta popular, os dirigentes da Aliança Democrática desdobram as suas iniciativas entre as diligências visando a formação do VI Governo Constitucional e os afazeres estritamente relacionados com a campanha eleitoral para as autarquias. Quanto ao novo Executivo, que terá a chefia-lo Sá Carneiro, multiplicam-se nos órgãos da comunicação social as versões acerca dos prováveis ministeriáveis. Na sequência dos contactos formais de Sá Carneiro junto de diversas personalidades, fala-se mesmo já de critérios a que iriam obedecer as escolhas para as várias pastas, embora ainda se confrontem neste momento as diversas alternativas possíveis para que o elenco final contemple as finalidades que a AD propôs ao eleitorado.

Com base nos contactos havidos e ao jeito de exercício de probabilidades é, assim, possível referir que Alvaro Barreto, conhecedor dos «dossiers» governativos e com experiência de Governo, poderá vir a sobraçar a pasta da Indústria, Alexandre Vaz Pinto, uma das pastas da área

económica, e Carlos Macedo, a da Saúde. Por outro lado, apontam-se como outros prováveis Mário Raposo (ex-ministro de Nobre da Costa) para a Justiça; Alberto Regueira para o Comércio e Eusébio Marques de Carvalho para o Trabalho. Para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, as diversas informações vindas a público falam de Pinto Balsemão, Vítor Cunha Rego e Amaro da Costa, embora no caso deste último se avenge um outro lugar: o de presidente da Assembleia da República. No que respeita à Agricultura e Pescas, fala-se nos bastidores de Vaz Portugal e João Goulão, e, para a Defesa, de Loureiro dos Santos e Soares Carneiro.

Com Sá Carneiro em Primeiro-Ministro, a Freitas do Amaral estaria destinado o desempenho das funções de vice-primeiro-ministro para a área económica, cabendo-lhe a gestão directa das Finanças e do Plano. A acrescentar a todos estes nomes, referem-se os de Helena Roseta para a Habitação, Vítor Crespo para a Educação, e, ainda, Ernâni Lopes e Vasco Pulido Valente.

NOVOS "MINISTERIÁVEIS" →



# Nota do dia

6 de Dezembro de 1979

A afirmação do dr. Sá Carneiro de que, se fosse Primeiro-Ministro, permitiria a utilização da base açoriana das Lajes para salvar a vida dos reféns americanos no Irão constitui um sintoma animador: também em política externa vamos, finalmente, entrar numa fase de definição, abandonando-se a ambiguidade característica dos últimos anos.

Com efeito, tem sido notória a duplicidade da nossa política estrangeira, um sector cujo centro de decisão não se sabe ao certo onde se localiza: se em Belém, se nas Necessidades; se no Restelo, se em S. Bento. Temos estultamente oscilado entre a NATO e o Não-Alinhamento, sabendo embora que este último não consegue esconder já o seu carácter de sevidor fiel da União Soviética.

Por outro lado, pretendemo-nos vocacionados para o papel de intermediários entre a Europa e a África, sem no entanto assumirmos a coragem de decidir a qual dos dois continentes efectivamente pertencemos. E, como ainda há pouco assinalava um grupo de cidadãos no documento intitulado «Mudar Portugal», também no contexto das relações entre o Norte e o Sul se desconhece que solidariedades prevalecem.

Ora, quer pela geografia, quer pela História, quer pela economia, Portugal é um país essencialmente europeu, cuja pertença à Europa cada vez se acentua mais, e não apenas na sequência do processo de descolonização; já antes a impunham o movimento de integração económica e a corrente migratória. O enraizamento em África e nas Américas, com as múltiplas relações que mantemos com inúmeros países desses três continentes, confere, entretanto, à nossa inserção na Comunidade Europeia e na Aliança Atlântica a característica peculiar de país intermédio entre os subdesenvolvidos e os de capitalismo avançado.

É dentro de...  
que, de...

# A vitória

Um dos vocábulos mais ricos, mais fortes e, simultaneamente, mais indefinidos é "vitória". A vitória pode ser conquista territorial, subjugação espiritual, vingança; mas pode ser ainda doutrina e apaziguação. É neste último sentido que a entendemos.

A Felicidade não pode ser conquistada só para metade das pessoas. A moral não pode ser vivida ou consolidada apenas por metade dos espíritos.

A construção pragmática de uma sociedade não pode ser empreendida apenas por metade dos obreiros disponíveis.

Temos a convicção de que a vitória do programa da Aliança Democrática será fundada na doutrina e na apaziguação.

E esperamos que assim aconteça, porque Portugal precisa de encontrar, fora dos traumas, a garantia de uma acção duradoira com um mínimo de justiça perante os desacatos cometidos.

Portugal HOJE / Quinta-feira, 6 de Dezembro de 1979

# AD fala de diálogo mas prepara confrontação

Com o País ainda a digerir o resultado das eleições intercalares, a campanha para as autárquicas corre o risco de decorrer em ambiente quase confidencial. Ao mesmo tempo, os líderes da AD desdobram-se em declarações cautelosas e conciliadoras: Sá Carneiro anuncia à «France-Inter» que prefere o diálogo à confrontação e não procurará restaurar a economia capitalista; enquanto Amaro da Costa desvenda o propósito de rever rapidamente a Lei Eleitoral. Mas, para os observadores mais atentos, a actual bonança é mais aparente que real e a confrontação política não se fará esperar. Leia na página 11.



# A.U.G.T. NÃO ACEITA UM GOVERNO QUE DESRESPEITE A CONSTITUIÇÃO

entender o comentário do secretário-geral do central sindical aos resultados das eleições intercalares: respeito pelo civismo com que decorreu o acto eleitoral e neutralidade perante os resultados (uma das grandes vantagens da democracia, entre outras, é a possibilidade autêntica da alternância democrática no poder).

que «confundir divergência de ordem partidária com a unidade sindical dos trabalhadores em torno de um projecto de sindicalismo responsável e democrático é pura manobra de diversão que não encontra eco junto daqueles que fazem dia-a-dia uma luta constante pela liberdade».

Nesta mesma linha de defesa da coesão interna se pode

ameaçada, dada a existência, num mesmo espaço sindical, das correntes sindicais socialistas, por um lado, e social-democrata e democrata-cristã, por outro. A este propósito, o secretário-geral da U. G. T., garante que «podem os milhares de trabalhadores confiar na U. G. T., e estar certos de que as relações de solidariedade e cooperação existen-

solidação da democracia em Portugal. Estas posições surgem definidas num comunicado subscrito pelo secretário-geral da U. G. T., primeira central sindical a pronunciar-se sobre as eleições de domingo passado.

No mesmo comunicado, surge a preocupação, por parte da U. G. T., de defender a sua coesão interna, eventualmente

pág. 17

dp --- 6-12-79

10.12.79 Cm 17

## INTERSINDICAL ANUNCIA RESISTÊNCIA

A CGTP/Intersindical chegou à conclusão – segundo um comunicado daquela central sindical – que o povo português, «e em especial os trabalhadores, votaram maioritariamente nas forças democráticas».

O novo Governo, segundo o secretariado da CGTP, «terá de balizar a sua acção pelo rigoroso respeito da legalidade constitucional, da qual são garantos o Presidente da República e o Conselho da Revolução».

«Com base na nova maioria parlamentar – diz o comunicado – abre-se a possibilidade de se vir a formar um Governo de direita, assente nessas formações políticas.»

«Se é certo que tal situação causa apreensões, não é menos certo e é comprovadamente seguro que existem forças e meios bastantes para impedir tais objectivos» – lê-se no documento.

O secretariado da CGTP/Intersindical afirma que o Governo a formar «terá de contar com a determinação e capacidade de resistência e de luta dos trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical, os quais sempre têm sabido defender as conquistas da revolução e derrotar os Governos que ameaçam pô-las em perigo».

7 de Dezembro  
de 1979 / Portugal HOJE

## Aliança Democrática prepara primeiro conflito

José Rui Cunha

O primeiro grande conflito social está na forja e ainda o governo da Aliança Democrática é inexistente. Utilizando as associações patronais como pontas de lança, a AD pretende pressionar o Presidente da República a não promulgar a abolição do tecto salarial decidido pelo Conselho de Ministros chefiado por Curdes Pintasilgo. Um retrocesso nesta medida (reposição do tecto salarial) mobilizaria a UGT e a CGTP-IN que se oporiam a uma decisão que não consagre o princípio da liberdade negocial nas contratações colectivas de trabalho.

O decreto-lei que instituiu a fixação de um limite máximo aos aumentos salariais foi abolido no Conselho de Ministros de 22 de Novembro último, precisamente o primeiro que teve a presença do Presidente da República. Aguarda-se a promulgação do decreto e a sua publicação em «Diário da República». No entanto, as confederações representativas do patronato e identificadas com a política da AD, manifestaram a sua discordância, chegando mesmo a classificar a medida de «inconsciente» e «irresponsável». A Confederação do Comércio Português, por exemplo, apelou em comunicado à não promulgação da lei por parte do general Eanes.

Segundo estamos informados, o Presidente da República não cederá às pressões do patronato e a abolição do tecto salarial deverá ser irreversível, embora temporariamente. Com efeito, a imposição de um novo limite para os salários de «qualquer trabalhador por conta de outrem» deverá ser proposto à Assembleia

da República e, obviamente, ratificado pela maioria absoluta da coligação conservadora.

A concretizarem-se os citados pressupostos, a AD teria de enfrentar pela primeira vez a oposição frontal dos trabalhadores e mostraria a sua «verdadeira face», o que deverá ser muito ponderado pelos seus líderes. Embora Sá Carneiro tivesse afirmado «que não teme a agitação social», o certo é que posteriormente mostrou-se mais moderado, defendendo uma acalmia e medidas de carácter «demagógico», com vista à obtenção de dividendos eleitoralistas da próxima ida às urnas, daqui a dez meses.

Para já, a expectativa surge: Sá Carneiro desafiará os trabalhadores com o apoio do patronato, ou não se arrisca (por enquanto) correndo o risco de ser criticado pelos seus pontas de lança?



## As eleições de 16 de Dezembro

# APU em força AD mais fraccionada?

Fernando Antunes

Excede os 550 mil o número de candidatos de todos os partidos e coligações que vão concorrer, no dia 16, às eleições para as autarquias locais — eleições cujos resultados poderão ser, com maior ou menor fidelidade, a reprodução, a papel químico, dos obtidos na consulta para a Assembleia da República. O objectivo de mais esta corrida eleitoral, que teve início legal às 0 horas da passada terça-feira, são as 305 câmaras municipais e as 4042 juntas de freguesia do continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Na globalidade, serão eleitos cerca de 70 mil autarcas, distribuídos pelas câmaras municipais, assem-

bléias municipais e assembleias de freguesia. Um partido ou coligação que concorresse a todos os órgãos

autárquicos teria de mobilizar, só para constituírem as listas, mais de 70 mil cidadãos eleitores. Sucede, porém, que nenhuma força política vai concorrer em todos os órgãos. A APU é a força que concorre em maior número de câmaras, assembleias municipais, juntas e assembleias de freguesia, logo seguida do PS, já que a Aliança Democrática se apresenta a estas eleições mais enfraquecida, concorrendo como tal nuns locais e com cada um dos partidos que a constituem noutros. De facto, PSD e CDS não se entenderam, a nível local, com a mesma amplitude e o mesmo empenha-

mento verificados nas intercalares. Nas zonas de forte implantação da esquerda, os sociais-democratas concluíram que não valia a pena concorrerem em listas conjuntas com o CDS, enquanto noutras áreas rivalidades pessoais muito localizadas impediram que os vencedores das intercalares surgissem lado a lado em eleições que têm um acentuado cariz regional.

Ainda nos círculos de maior implantação dos partidos de esquerda se goraram as hipóteses de sociais-democratas e socialistas surgirem em listas conjuntas, entendimento a que os democratas-cristãos não se

oporiam, desde que desses acordos resultasse o desalojamento dos comunistas da presidência de algumas câmaras. O PS recusou a sua colaboração a este projecto o que poderá ter como efeito imediato a perda da presidência de câmaras onde foi maioritário em Dezembro de 1976 — posições que reverterão tendencialmente para a APU.

O princípio geral assente entre os partidos da AD privilegia as coligações, fora das áreas de acesso mais difícil, em quase todos os distritos em que os socialistas foram maioritários nas primeiras eleições municipais. Simplesmente em zo-

nas onde, para vencer o PS, não se entendeu como condição necessária e suficiente surgir em coligação, a AD preferiu que os partidos concorressem isoladamente, dentro do espírito de que melhor do que os centros de decisão estariam em condições para decidir das vantagens ou dos inconvenientes das alternativas possíveis os próprios autarcas residentes. Daí resultou que em muitos distritos as coligações, até como mera hipótese, foram puras e simplesmente rejeitadas, enquanto noutros se fizeram à custa de cedências pessoais e a contragosto da militância local.

## Fundação Cuidar o Futuro

### A direita ainda vai querer o referendo?

Se a 2 de Dezembro se tivesse procedido a um referendo e não a uma eleição segundo o método de Hondt, as forças da Esquerda teriam derrotado os partidos e coligações da direita com uma margem de 4,1% ou seja com 234 754 votos de margem.

Naturalmente que se trata apenas de um cálculo aritmético que não reproduz uma situação eventualmente mais complexa que ultrapassa o alinhamento de resultados. Contudo, a violação na Esquerda executou com alguma folga o total de votos na direita, excluindo a violação dos dois circuitos extraterritoriais de que se não conhecem ainda resultados. Mesmo após se conhecerem esses resultados, não ficaria em causa a maioria dos votos da Esquerda, mesmo que esta apenas considerasse a soma do PS, APU e UDP. Nos cálculos que baseiam os núme-

ros que dão à Esquerda uma maioria de 234 754 votos incluem-se a UEDS, o PSR e o POUS, pequenos partidos que totalizaram mais de 90 mil votos, 1,5% dos sufrágios.

Globalmente, as forças da Direita, AD, PSD, CDS e PDC totalizaram no território nacional 2 707 963 contra 2 942 737 dos partidos e coligações da Esquerda. Por outras palavras, 46% contra 50%. Os quatro por cento que faltam correspondem aos boletins nulos e brancos. Estes resultados contrariaram validos se reduzissemos os cálculos ao PS, APU e UDP versus AD, PSD e CDS. Neste caso, a diferença seria de 208 997 votos a favor da Esquerda.

A direita deve assim precaver-se de qualquer manobra referendária, pois a sua derrota não oferece dúvidas.

D. L. 4 de 2.º



Diário de Lisboa  
4 de Dezembro de 1979

UDP

vai aconselhar

PS e APU

nas zonas

onde

não concorre

Diário de Lisboa  
5 de Dezembro de 1974

Segundo afirmou, esta manhã, ao «DL», José Alcobia, membro

da Comissão Permanente da UDP, este partido vai aconselhar o voto no PS e na APU, nas regiões onde não apresentar candidaturas. Como não há nenhuma política preferencial em relação quer ao PS quer ao PCP, disse-nos aquele elemento, não haverá qualquer opção em relação a estes partidos. Esta é para já a posição do Conselho Permanente. Todavia, a posição definitiva será tomada pelo Conselho Nacional da UDP no próximo dia 9.

Entretanto nas zonas onde a UDP concorre, em número muito superior do que em 1976, não haverá quaisquer desistências.



# o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Preço: 450\$ • 1979 • Propriedade de Editora Caminho, Lda

## Um saco de gatos

Durante toda a campanha eleitoral os dirigentes mais destacados da Aliança Reaccionária usaram uma linguagem insultuosa contra o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Conselho da Revolução. Nessas críticas vasaram a sua aversão à democracia e definiram um conceito de poder, toda uma visão da existência.

Três dias antes da consulta popular de domingo, o presidente do PPD, em entrevista a um semanário da extrema-direita, falou da possibilidade de um golpe de Estado se a sua coligação perdesse as eleições. A derrota significaria a seus olhos a "imobilização total" e o golpe aparecia-lhe como "uma das saídas para situações destas".

Que se pode esperar do Governo da gente que acaba de obter maioria de mandatos, perguntam agora largos sectores da população? Para se responder à pergunta importa, em primeiro lugar, definir politicamente o conjunto heterogéneo de forças e pessoas que constituem a Aliança Reaccionária. Como pode funcionar essa máquina de peças tão diferentes, montada para fins exclusivamente eleitorais? Como se entendem as várias componentes?

Logo na primeira conferência de Imprensa, na Gulbenkian, o sr. Sá Carneiro levantou uma ponta do véu. Falou imediatamente como se fora Primeiro-Ministro, subalternizando de maneira ostensiva o sr. Freitas do Amaral, que fez ali figura de escudeiro de segunda classe.

As relações PPD-CDS foram quase permanentemente más. Na sua breve existência os dois partidos poucas vezes se entenderam. Os ataques e injúrias trocados entre os seus dirigentes encheriam milhares de páginas. No período inicial da Revolução o PPD apontava o CDS como partido reaccionário que queria fazer figura de progressista. Mas mesmo após a viragem do Outono de 75, as críticas reciprocas choviam. Em Abril de 1976, nas vésperas das eleições para a AR, o sr. Sá Carneiro resumiu o que pensava do "centrismo" nesta síntese: "O CDS pretende a perpetuação de situações de injustiça e de exploração apontando mesmo em certos casos, para soluções que o passado já mostrou serem inadequadas à sociedade portuguesa". Só faltou chamar fascista, com todas as letras, ao partido do sr. Freitas do Amaral. O presidente do CDS respondeu-lhe desfraldando também a bandeira progressista: "como tanta gente em Portugal se diz hoje socialista sem o ser, nós preferimos não nos dizer socialistas, embora talvez no fundo o sejamos mais do que os outros". Poucas semanas antes dizia: "Reconheço que o PPD é um partido sem grande coerência doutrinal ou ideológica, pois é sobretudo um movimento de tendências ideológicas diversas". Ambos os partidos da direita procuravam nessa altura mendigar os favores do PS. Naturalmente quando se consumou o casamento entre socialistas e centristas, as relações PPD-CDS atingiram o seu nível mais baixo. Então o insulto fervilhava. É fácil encontrar nas colecções dos jornais autênticas catilinárias do sr. Sá Carneiro contra o sr. Freitas do Amaral e vice-versa. No plenário de São Bento a troca de insultos entre membros das bancadas centrista e pêpêdista foi prato semanal, por vezes diário.

A actual corte de repensadores-reformadores produziu algumas das mais veementes catilinárias contra os partidos que mais tarde viriam a formar a Aliança Reaccionária. O sr. Medeiros Ferreira em 2 de Dezembro de 78 bradava: "Eu

não tenho nada a ver com o CDS! O CDS é conservador e eu não (...). O CDS não representa nada de substancial na sociedade portuguesa, como as próximas eleições irão demonstrar". Agora parece um mexilhão agarrado ao CDS. Vão longe os tempos em que essa criaturinha oportunista declarava ao "Jornal Novo" (6-5-76) que "as frentes são simples adições" e o "drama dos países europeus é precisamente o de nem todos possuírem um Partido Socialista com as características do nosso". Depois traiu o PS. Agora quer ser ministro PPD-CDS.

Outro exaltado repensador-reformador que nestes dias faz vénias ao PPD e ao CDS é o sr. Sousa Tavares. Certamente também espera uma pasta ministerial. E, contudo, que pensa, no íntimo, esse cavalheiro dos seus novos amigos? Basta consultar os editoriais da "Capital" para se ter a resposta. Em 13 de Janeiro de 77 definiu o sr. Sá Carneiro como "um político perigoso". Censurava-lhe "a intemperança verbal e a falta de solidez psíquica". Em 20 de Abril de 78 foi um pouco mais longo: "Mais grave do que os gritos da FLA contra a Pátria — escreveu — é a solidariedade, a conivência, a evidente simpatia e cumplicidade do dr. Sá Carneiro com o movimento separatista e até com as suas manifestações e com os seus crimes". Já este ano, a 8 de Fevereiro, o sr. Sousa Tavares acusou o seu actual chefe político de procurar "lavar as mãos tintas de sangue" e, meses depois, em 18 de Abril acusou o PPD de ter "um lado reaccionário, populista e trauliteiro".

Agora todos se juntaram, todos se elogiam. Até o grupinho que desfralda a bandeira do rei. Mas em breve todos se engalfinharão, quando, sentados à mesa, começarem a discutir a forma de dividir o bolo. Para eles o bolo é o País. Olham para Portugal como o cacique Sobrinho olha para Valpaços.

Basta ler a crónica dos figurões e figurinhas da Aliança Reaccionária para se ter o quadro do que essa gente pretende fazer no Governo. Eles esquecem que o País de Abril não é uma quinta.



se nos reportarmos à presidencial exigência de ser condição da constituição de um Governo a existência de uma maioria estável e coerente, em relação a esta poderá revelar-se precária a estabilidade e depara-se-nos carecida de coerência política, programática e ideológica.

Já aqui o dissemos. As diferenças políticas, programáticas e ideológicas entre o PSD, CDS, PPM e «reformadores», são numerosas e importantes. Em muitos pontos os acordos são circunstanciais, frequentemente se definem em termos de negatividade: contra o Presidente da República, contra a Constituição, contra o Conselho da Revolução, contra o Partido Socialista, contra o Partido Comunista, contra o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Dir-se-á que este é o comando. O poder tem as suas regras e o exercício do Poder, os seus espinhos.

Percebe-se mal o combate conjunto e parece improvável a administração pública comparticipada por dirigentes e militantes políticos com tão distintas apreciações da realidade política portuguesa e com projectos assaz diferentes. Um Francisco Sá Carneiro não pensa como um Diogo Freitas do Amaral, nem um Medeiros Ferreira como um Ribeiro Teles, por muito que de sua origem política, experiência militante e projecto ideológico se tenham afastado. Um Governo não se faz de concessões ou de renúncias. Um programa de Governo não é uma manja de retalhos.

Objectivos existem... declaração de 19 de Julho de 1974».

Estão esquecidas, mortas, as declarações de voto a propósito da discussão e da aprovação do texto constitucional. Mas terá interesse ressuscitá-las, recordá-las e reproduzi-las para que os leitores possam aquilatar a incoerência ideológica e política deste «bloco conservador-monárquico» que já devorou, na sua fome de Poder, uma tendência social-democrata que era uma das margens do PPD-PSD e que ameaça reduzir o «Manifesto reformador» a um mero texto de campanha promocional de individualidades desejosas de obter uns lugares de deputados. Lugares de favor e comprometidos são os que alcançaram incluídos nas listas do PSD.

Nem os «reformadores» nem...

## Álvaro Cunhal

"Ainda o novo governo não está formado e não tomou posse e já é necessário afirmar: se o governo dos partidos reaccionários tentar aplicar o seu programa inconstitucional, antipopular e antidemocrático acontecer-lhe-á como aconteceu a governos anteriores; como aconteceu ao governo Mota Pinto: acabará por ir para a rua!", afirmou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, ontem de tarde, no Campo Pequeno, em Lisboa, no dia 7 de Dezembro, em reunião com o deputado comunista António de Almeida e do Conselho da Assembleia e do Conselho da República que nos esperam.

"Teremos por diante uma maioria reaccionária na Assembleia e um governo reaccionário. Procurarão fazer leis e governar contra o povo, contra o 25 de Abril, contra o regime democrático e as suas conquistas.

"Dada a fragilidade da sua maioria na Assembleia e a incerteza do seu apoio social — alertou Álvaro Cunhal — os partidos reaccionários certamente usarão da demagogia. Não é de excluir que tomem de início algumas medidas populares. Há que estar prevenido e fazer um pronto desmascaramento.

"Mas as linhas fundamentais da sua política — defendeu o secretário-geral do PCP — serão a defesa dos interesses do grande capital, dos latifundiários, dos senhores ricos e do imperialismo e a ofensiva contra os trabalhadores, contra os pequenos agricultores, comerciantes e industriais, contra a cultura e os intelectuais, contra todo o povo laborioso".

— YAU

Recordou Álvaro Cunhal, em segundo lugar, que "a Assembleia da República que acaba de ser eleita não tem poderes para alterar a Constituição. Esses poderes só os terá a Assembleia que deverá ser eleita em 1980".

Salientou o secretário-geral do PCP que, "na vida política dos povos são frequentes as situações em que os governos defendem a legalidade contra oposições que a contestam" e considerou que, na situação portuguesa, como já aconteceu com o Executivo Mota Pinto, "iremos assistir a uma situação inversa:

"Um governo reaccionário a tentar violar a legalidade democrática (princiando pela lei fundamental do País, que é a Constituição, e que o próprio governo tem o dever de cumprir) e o povo a lutar para que a Constituição e a legalidade democrática sejam respeitadas".

Analisando a votação na UDP, UEDS e PSR, Álvaro Cunhal frisou que "objectivamente" tais candidaturas "desempenharam o papel de impedirem uma maioria democrática na Assembleia da República".

### CO RREIO ELEITORAL

onde  
o sector mais  
ado da Igreja  
am.

O exemplo de Braga é por demais significativo. Numa região onde há apenas três anos ser comunista era um perigo para a integridade física de um individuo, (a integridade moral essa é inabalável), assistimos com alegria à eleição de um deputado por este círculo. Cabe aqui salientar, com tristeza, que a APU não conseguiu dois deputados no círculo de Braga pelos votos dispersos e perdidos pela UEDS. Que desta lição ficou para o papel desempenhado pelos grupos esquerdistas. É certo que todas as forças políticas têm direito de concorrer onde entenderem, mas, concorrer e círculos onde se sabe antecipadamente que são votos perdidos, que impedem a esquerda de eleger deputados em favor da direita, essa política é antipatriótica e profundamente reaccionária.

## UEDS vai retirar algumas candidaturas

A UEDS vai retirar as suas candidaturas às Câmaras Municipais de Lisboa, Setúbal, Coimbra e Porto e às Assembleias Municipais de Lisboa e Coimbra. A decisão foi ontem tomada em Lisboa pelo Conselho Directivo Nacional (CDN) do partido, que mandatou também os órgãos locais para manterem ou não as outras candidaturas apresentadas no resto do País.

O CDN pronunciou-se apenas em relação àqueles quatro grandes centros dentro do princípio de que as candidaturas ali apresentadas são de «cariz partidário». Nas restantes, onde considera que as «características locais» ganham maior peso, a decisão final partirá das respectivas organizações. Para já sabe-se que a UEDS desistirá também na Câmara Municipal de Valongo e na Assembleia de Freguesia da Trafaria e que manterá as candidaturas às Câmaras da Amadora, Azambuja e Castanheira de Pera. Nada se sabe ainda quanto aos Municípios de Loures, Gondomar, Castro Daire e Vila Real de Santo António. Quanto a Assembleias de Freguesia, a UEDS manter-se-á em Azambuja, Alcoentre, Aveiras de Baixo, Ermezinde e Celeiros. Em matéria de Assembleias Municipais sabe-se por enquanto que a UEDS irá até às urnas em Azambuja e Castanheira de Pera.



### o diário

5 de Dezembro de 1979

#### RE GISTO

### O SILÊNCIO DA BICÉFALA

A reacção parece ter perdido o pio com a obtenção de uma maioria parlamentar. O certo é que um estranho silêncio domina o arraial da Bicéfala.

Dirigentes menores dizem aos amigos que os chefes estão a preparar a campanha das autarquias. Mas o argumento-desculpa é, por esfarrapado, inconvincente. A Aliança Reaccionária somente se apresenta em 145 concelhos.

Nos restantes (161) a direita não conseguiu formar listas conjuntas. Em dezenas deles a cacicada do PPD e do CDS anda desavinda e, em muitos casos, como Vimioso, troca insultos pesados.

O "Diário de Notícias" fala da prudência do sr. Sá Carneiro. É uma observação surpreendente, porque ninguém até hoje descobrira que tal qualidade exornasse o carácter do presidente do PPD. Aliás, numa prova de fidelidade à sua vocação, o sr. Sá Carneiro logo na madrugada de segunda-feira criticou com a sobrançeria da praxe o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

O silêncio dos dirigentes da Aliança Reaccionária tem outros motivos. Significativamente, o sr. Sá Carneiro, sempre tão desejoso de palco, recusou-se, secamente, a participar num

debate televisivo com dirigentes de outros partidos políticos.

A reacção não fala porque não sabe como resolver problemas de fundo e forma. Quem vai falar agora em nome da coligação? E para dizer o quê?

As dificuldades já principiaram. A caravana aliançária ainda pode funcionar até o dia 16, em termos municipais. Mas as cassetes de campanha já não servem. D. Gonçalo desapareceu de cena. E os srs. Sá Carneiro e Freitas do Amaral não podem já falar a duas vozes. E de que vai falar o porta-voz da Bicéfala? Da promessa das indemnizações de dezenas, talvez centenas, de milhões de contos? Das promessas feitas ao grande patronato da CIP (despedimentos, comissões de trabalhadores, repressão, etc)? Do aumento das rendas de casa?

Alfredo Barroso

## Moral da história

1. O crescimento da força eleitoral dos partidos comunistas e, simultaneamente, a diminuição do peso eleitoral dos partidos socialistas têm significado sempre, nos países democráticos da Europa Ocidental, o afastamento da esquerda do poder por períodos muito longos, que em França e em Itália, por exemplo, já ultrapassam os vinte e os trinta anos, respectivamente. O que em regra se tem verificado, nestes e noutros países, é que cada partido comunista se assume exclusivamente como contrapoder, e não como real alternativa de governo, preocupando-se mais em hegemonizar a oposição de esquerda, e em defender as posições conquistadas no plano eleitoral, do que em desalojar a direita do poder. Os partidos socialistas desses países, aliás, são muitas vezes o alvo preferido dos ataques dos partidos comunistas, sobretudo quando registam progressos significativos, e várias alianças e programas comuns de esquerda têm sido denunciados ou postos em causa por partidos comunistas precisamente quando se verifica que os socialistas progridem e os comunistas recuam em termos eleitorais.

Não é possível afirmar, neste momento, que uma tal situação se vai reproduzir futuramente em Portugal, até porque, no que se refere a votos, o conjunto das forças de esquerda continua a dispor duma clara maioria no País, e o Partido Socialista se mantém como o maior partido político português, com uma vantagem de meio milhão de votos sobre o Partido Comunista. Todavia,

os resultados globais da eleição intercalar de 2 de Dezembro passado vieram confirmar, mais uma vez, que o afastamento da esquerda do poder aumenta na razão directa do crescimento da força eleitoral dos partidos comunistas, e na razão inversa da diminuição do peso eleitoral dos partidos socialistas. Por outro lado, a linha

arguida, apenas esta convicção profunda: a de que o PCP considera indispensável enfraquecer o PS para subir à sua custa, e está mais interessado em hegemonizar a oposição e em assumir, se tão só como contra-poder, do que em contribuir eficazmente para que o PS — e, portanto, a esquerda — se mantenha como alternativa real de governo.

Esta é a questão central que nestes se coloca: qual a sua verdadeira signi-

a) foi justamente enquanto o eleitorado considerou real e segura a impossibilidade duma aliança ou acordo entre socialistas e comunistas, que se tornou possível à esquerda aceder ao poder através do PS — ainda que em condições particularmente difíceis que nem todos reconhecem, mas que me dispense de recordar aqui, porque devem estar bem vivas na memória de muitos;

b) foi precisamente quando a direita se coligou — e aparentemente anulou a capacidade de manobra do PS à sua direita, fazendo crer ao eleitorado que os socialistas só poderiam voltar a governar aliando-se ao PCP — que a esquerda se viu arredada do poder e posta em minoria na Assembleia da República.

que a prática.

O que sucedeu em Portugal, em 2 de Dezembro de 1979, foi — muito mais do que um desaire da esquerda, e sobretudo do PS — uma vitória da direita, que soube organizar-se e conseguiu explorar habilmente o descontentamento do eleitorado, fazendo-lhe crer nos perigos duma aliança entre socialistas e comunistas, e levando-o a acreditar nas vantagens duma mudança radical da política, substituindo os homens e (o que é bem mais perigoso) transformando as instituições.

# o PC contra o PS

«A poucos dias do desenlace das eleições autárquicas, o PCP acaba de desencadear, com o apoio das manchetes dos órgãos de comunicação social que lhe são afectos, uma campanha publicitária exclusivamente virada contra o PS e favorável à consolidação e ao agravamento das condições políticas resultantes das eleições intercalares de 2 de Dezembro» — diz um comunicado emitido pelo Partido Socialista, o qual passamos a transcrever.

«O facto em si não surpreende. Já vem sendo habitual que o PCP procure tirar dividendos eleitorais junto de uma população compreensivelmente alarmada com a ascensão da direita ao poder, tentando fazer vingar a ideia de que os comunistas tudo fazem e os socialistas nada fazem contra isso. Ou seja, sugerindo que o voto eficaz contra a direita é o voto na APU. Para tanto, o método tem sido invariavelmente o mesmo: simultaneamente com violentos ataques aos socialistas e à Direcção Política do PS, o PCP aguarda o momento em que a sua proposta seja absolutamente inviável e formula-a então, com a maior publicidade possível, depois é só aguardar a inevitável recusa do PS e apontá-la indignadamente como serviço prestado à direita. Foi assim antes das legislativas: ao mesmo tempo que, no Norte do País, os Serviços de informação e propaganda da DORP do PCP distribuíam aos milhares o panfleto intitulado «15 boas razões para que os trabalhadores, os democratas, os verdadeiros socialistas não votem no PS», no Sul numa cantina do pessoal da CP e na presença de jornalistas, o secretário-geral do PCP, já em plena campanha eleitoral, aventava a hipótese de desistências recíprocas nas candidaturas de esquerda. Foi assim agora, uma vez mais: enquanto a imprensa afecta ao PCP multiplica os ataques ao Partido Socialista e antes sequer que este tenha qualquer conhecimento da proposta do PCP, já esta se encontra alcançada a manchete de vários jornais ainda e sempre em plena campanha eleitoral»

Fundação Cuidar o Futuro



Para votações que exijam maioria de dois terços

# Acordo parlamentar AD-PS admitido por Sá Carneiro

O líder do Partido Social-Democrata, Francisco Sá Carneiro, admitiu a hipótese de, em certas circunstâncias, a Aliança Democrática poder vir a formar uma maioria parlamentar com o Partido Socialista.

Esta declaração foi proferida durante um comício realizado em Castanheira de Pera, no âmbito da campanha eleitoral da AD para as autarquias locais. Segundo esclarecimentos prestados, posteriormente, por um alto dirigente social-democrata, o entendimento a estabelecer com o PS visaria a aprovação ou alteração de diplomas para os quais é necessário uma maioria de dois terços na Assembleia da República. Entre estes conta-se a revisão da Constituição.

A possibilidade de uma plataforma com o PS foi admitida pelo presidente do PSD, ao reconhecer que a AD tem duas oposições: a dos socialistas,

que considerou democrática, e a dos comunistas, que, em seu entender, é antidemocrática.

Já na aldeia turística de Santo Antão, perto de Leiria, Sá Carneiro reafirmou o desejo da AD em alterar a Constituição e terminar com o Conselho da Revolução. «Arranjaremos uma maioria para modificar a Constituição e acabar o Conselho da Revolução», afirmou, perante 600 convivas, na sessão que assinalou o final da sua visita ao distrito de Leiria.

Acrescentou, por  
que o futu  
trab

10 de Dezembro de 1979  
Diário de Lisboa

# PS disposto a analisar convite PSD

O PS, em princípio, não fecha as portas a propostas de um acordo com o PSD, embora colocando-se na perspectiva de partido da oposição. Alberto Arons de Carvalho, do Secretariado Nacional do PS, abordado esta manhã pelo «D.L.», disse: «Vamos analisar a questão no quadro de partido da oposição», mas «não nos parece muito viável um acordo com o PSD. Veremos».

A «abertura» da direita aos socialistas foi referenciada este fim-de-semana por Sá Carneiro em mais do que um discurso proferido no distrito de Leiria. O dirigente da AD associou este acordo com a

intenção de alterar a Constituição da República e extinguir o Conselho da Revolução. Um outro dirigente da maioria de direita acrescentou, em Portalegre, que há igualmente intenção de produzir uma nova Lei Eleitoral e preparar a Lei do Referendo. A direita precisará de maioria de dois terços na Assembleia da República para concretizar estes propósitos, coisa que a eleição intercalar não lhe forneceu. Daí a «abertura» ao PS.

Comentando estas intenções, o mesmo porta-voz socialista afirmou que, quanto à alteração da Constituição, «vamos ver quais são as pro-

postas, mas batemo-nos pela manutenção das conquistas de Abril. Como penso que são estas que estão em causa, acho inviável um acordo». Quanto ao CR, recordou que «há um acordo unânime de todos os partidos sobre a sua existência», embora este órgão «tenha um horizonte temporal limitado».

As propostas de Sá Carneiro, que até ao momento não foram formalizadas através de qualquer contacto directo com o PS, surgem na altura em que este partido lança violentos ataques ao PCP, rejeitando qualquer acordo à esquerda.



# PS não fará acordo com AD

«O PS não fará qualquer acordo parlamentar com a AD» — esclareceu ontem, no fim da tarde, o dirigente socialista Arons de Carvalho, atalhando especulações tecidas em manchetes do «Diário de Lisboa» («PS disposto a analisar convite PSD») e do «Diário Popular» («Possível acordo com a AD e socialistas»).

Comentando as sugestões formuladas pelo líder do PSD e da AD no passado fim-de-semana, Arons de Carvalho sublinhou que «a proposta do dr. Sá Carneiro assume, nesta altura, um certo ar de eleitoralismo, além de ser claramente contraditória com a agressividade anterior contra o PS, de que a AD disse ser igual ao PCP». E logo a seguir: «De qualquer forma, o PS é hoje um partido de oposição, com um projecto de esquerda próprio e autónomo, bem diverso do da direita, pelo que não fará qualquer acordo parlamentar com a AD».

## Comunicado do PS

No seguimento das declarações de Alberto Arons de Carvalho o Gabinete de Imprensa do Partido Socialista divulgou, ontem à noite, um comunicado em que nega qualquer entendimento entre o PS e a AD, concluindo pelo reconhecimento de que o Partido Socialista é, na actual conjuntura eleitoral, o principal alvo das restantes formações políticas portuguesas.

Começando por afirmar que «a AD propõe, certa Imprensa dispõe, e assim se noticia um acordo que nunca existiu», prossegue o comunicado do Partido Socialista:

«As eleições de 2 de Dezembro não puseram termo a essa constante na nossa vida política que tem sido o arvorar do PS em inimigo principal por parte de todos os seus adversários.

Interrompida apenas por uma ofensiva falsamente unitária do PCP, a direita vem assestando baterias sobre o Partido Socialista. Primeiro, foi o semanário «Expresso» que publicou um suposto relato da reunião da comissão directiva do PS, no qual se afirma que Mário Soares teria proposto o prof. Henrique de Barros para a candidatura à Presidência da República. A falsidade da notícia não podia ser mais absoluta. Nem por um momento a comissão directiva se debruçou sobre a problemática das eleições presidenciais. Apenas sucedeu que, após o encerramento dos trabalhos e informalmente, o secretário-geral do PS admitiu, a título pessoal, a possibilidade de

haver um candidato socialista à Presidência da Assembleia da República, sem sequer mencionar nomes. A má fé do informador do «Expresso» fez o resto. O que não impede que, desde então, sem qualquer fundamento ou verdade, toda a imprensa de direita (e, infelizmente, não só...) venha reafirmando a falsíssima versão daquele semanário.

Depois, é o dr. Sá Carneiro que vem afirmar, pública e despropositadamente, que admite a possibilidade de um acordo parlamentar com o PS, tendo em vista concretizar as alterações constitucionais que pretende e que pressupõem uma maioria parlamentar de dois terços.

Com base nesta afirmação feita num comício pelo líder da AD, e sem qualquer consulta prévia ao PS, o «Diário Popular» logo titula em manchete: «Possível acordo entre AD e socialistas». Possível um acordo só porque uma parte o quer? Haverá acordo entre duas partes sem segunda manifestação de vontade?

Por seu turno, o «Diário de Lisboa» titula secamente: «PS disposto a analisar convite PSD». Com que base? No facto de o dr. Sá Carneiro ter proposto, em óbvia manobra eleitoral, um acordo com os socialistas? Mas os socialistas não respondem pelas propostas que os outros partidos lhes fazem — apenas podem responder pelas aceitações ou rejeições que essas propostas lhes merecem. Na verdade, o PS sempre tem afirmado — e continua a afirmar — que a defesa do regime passa pela defesa da Constituição e que em vista dos resultados eleitorais se assume claramente como partido de oposição, o que afasta a perspectiva de acordos com a AD. Ou terá o «DL» tomado por base as declarações que cita de Alberto Arons de Carvalho? Mas este afirma meridianamente o contrário: «Vamos ver quais são as propostas. Mas n'os batemo-nos pela manutenção das conquistas de Abril. Como penso que são estas que estão em causa, acho inviável um acordo».

A moral do episódio é que o Partido Socialista, na actual conjuntura eleitoral, se encontra na linha de mira das restantes formações políticas portuguesas. Acrescente-se a isso que, uma vez mais, alguns órgãos de Imprensa não conseguem ater-se à sua objectividade dos factos e enveredam pelo terreno movediço das ilações preconcebidas.»

# COMUNICADO DO PS

## Sublinhar o NÃO ao PC

«O PS não está disposto a dialogar sob coacção, seja ela de que natureza for e lamenta que o PCP ainda não o tenha compreendido». A afirmação pertence a um documento do gabinete de Imprensa daquele partido e responde «À campanha publicitária do PCP», em torno da recusa socialista em promover um encontro comum, facto que, não surpreendeu o PS, «pois já vem sendo habitual que o PC procure tirar dividendos eleitorais junto da população compreensivelmente alarmada com o ascensão da direita». O documento prossegue, afirmando que «a solução de fundo dos problemas não se resume num mero mercadejar de votos» e, por isso, o PC «escusava até de formular as suas propostas insinceras sempre em momentos que as condenam à total inviabilidade».

A resposta do gabinete de Imprensa acrescenta que «não reage o PS, depressiva ou triunfalmente» a cada eleição enquanto que «o PCP emerge psicologicamente triunfal» e «procura tutelar com paternalismo o PS e convida-o a «tirar lições dos acontecimentos». Mas, «os socialistas não aceitam essa tutela. Reconhecendo que «o que está em causa, é fazer frente ao avanço da direita, por todos os

meios democráticos e constitucionais, e reconquistar rapidamente o terreno perdido pela esquerda» o comunicado afirma que «não se desiludam» os votantes do PS, «e que nele confiam como verdadeira e única alternativa de esquerda ao Governo da AD», pois «como maior partido da oposição» chama a si as responsabilidades «de assumir desde já, a efectiva liderança das forças de esquerda e promover o indispensável diálogo» num «constante aprofundamento e aperfeiçoamento do seu projecto autónomo».

Declarando-se «sem complexos de qualquer espécie, nem propósitos hegemónicos» o documento verbera a alegada estratégia do PCP em «enfraquecer o PS» pois «não há outro terreno por onde o PC se possa expandir», e isto porque «incapaz de assumir as suas próprias responsabilidades pelo facto de ter sido arredado do poder por período que sabe muito longo» quer agora «destruir a possibilidade de o PS se manter como real alternativa de governo, cedendo o poder à direita, para hegemonizar a oposição».

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS

11-12-1979



... encontra-se na... das restantes for... políticas portuguesas.»  
Comentando a recta dos socialistas a fazerem acordos parlamentares com a AD, Angelo Correia, porta-voz do PSD, esclareceu, entretanto, «Ano que não impedirá a AD de procurar manter o diálogo com a oposição democrática». Aquele dirigente reafirmou que a AD distingue entre a oposição dos socialistas e a dos comunistas. Relativamente aos primeiros, a AD «manterá a sua posição de abertura».

# Soares sugere Henrique de Barros como candidato PS a Belém

A GRANDE novidade da última reunião da Comissão Directiva do PS, realizada anteontem, em Lisboa, foi o facto de, na sua parte final, o secretário-geral Mário Soares, anunciar ter na manga uma "pranchada" decisiva contra a Aliança Democrática: a antecipação da apresentação de um candidato do PS à Presidência da República, que não pudesse ser aceite pela Aliança Democrática.

Mário Soares avançou concretamente o nome de Henrique de Barros, comentando que ele terá o apoio maciço do eleitorado socialista, o voto dos comunistas e ainda o voto de algumas zonas da Aliança Democrática.

António Arnaut levantou-se para usar da palavra defendendo a mesma tese, e explicando que era preciso convencer Henrique de Barros a aceitar a candidatura para a Presidência da República.

A sugestão de Mário Soares, feita já quase no fim da reunião, reuniu essa bastante acidentada e quando Manuel Alegre e outros membros da Comissão Directiva já tinham saído, não despertou grande entusiasmo.

Sucedeu mesmo que, por essa altura, Oliveira e Silva, conhecido líder socialista em Viana do Castelo, mostrando o seu enfado pela forma como a reunião estava a decorrer, também abandonou a sala.

Sábado, 8 de Dezembro de 1979 / Portugal HOJE

## PS desmente «Expresso»

O Partido Socialista considerou «totalmente falsa» uma notícia publicada no «Expresso» de ontem, que aludia a uma defesa da candidatura do prof. Henrique de Barros à Presidência da República.

O Gabinete de Imprensa do PS emitiu a seguinte nota:

«O semanário «Expresso» noticia hoje que na última reunião da Comissão Directiva do P.S. teria sido defendida a candidatura do prof. Henrique de Barros para o cargo de Presidente da República. Tal informação, co-

mo de resto muitas outras inseridas na mesma notícia, é totalmente falsa.

«No decorrer da reunião, não foi feita qualquer referência à posição do PS face às eleições presidenciais, tendo apenas sido abordados temas relativos às eleições intercalares e autárquicas, à estratégia de oposição do PS, designadamente na próxima sessão da Assembleia da República e à posição do PS face à eleição do Presidente deste órgão de soberania».

Fundação Cuidar o Futuro

Diário de Lisboa

7 de Dezembro de 1979

### PRESIDENCIAIS DE 1980

## Candidatura de Henrique de Barros à espera de "momento chave"

A hipótese de Henrique de Barros ser apresentado como candidato do PS à Presidência da República tem sido discutida nas cúpulas daquele partido mas nada está ainda assente, começando pela própria concordância do candidato indigitado. Fontes socialistas disseram ao «DL» que existe algum consenso sobre o nome do antigo presidente da Assembleia Constituinte, uma das figuras mais prestigiadas no Partido Socialista.

Hoje, uma notícia neste sentido, produzida por um semanário, mereceu uma nota do PS em que se classifica como «informação totalmente falsa» a revelação feita por aquele jornal de que a candidatura de Henrique de Barros teria sido defendida durante a última reunião conjunta do Secretariado Nacional e da Comissão Directiva do partido. Com efeito, segundo apurou o «DL», o assunto não estava agendado para a referida reunião, nem teria sido abordado com carácter formal.

O desmentido do PS é geralmente entendido como forma de atalhar as consequências do que poderá ser classificado como uma fuga de informação deliberadamente orientada com o intuito de, à partida, neutralizar uma iniciativa que poderá congrega amplos sectores democráticos «mordendo» mesmo algumas franjas da AD. Tanto quanto pudemos apurar, o PS pretendia reservar a divulgação do nome de Henrique Barros (se este viesse a concordar com a indigitação) para um «momento-chave».

O DIA 10 DEZEMBRO 1979

## Henrique de Barros candidato a Belém

A notícia veio a público: o PS iria propor a candidatura de Henrique de Barros às eleições presidenciais de 1981. Um semanário informou mesmo, com dados bastante pormenorizados e seguros, que na última reunião da comissão directiva do partido a questão — posta por Mário Soares — havia sido ventilada já com margens de certeza. A Rua da Emenda apressou-se a desmentir tal informação, reputando-a de «totalmente falsa»...

Entretanto, um vespertino comunista, citando «fontes socialistas», acrescentou haver já «algum consenso» sobre a hipótese de Henrique de Barros vir a concorrer a Belém. Só que o PS aguardava o «momento chave» para revelar este novo «trunfo» eleitoral, pelo que as presentes notícias ficam a dever-se a «uma fuga de informação»... Há já quem diga que os socialistas andam em maré de azar. É que, na verdade, o impacto de mais uma «cartada» que iria ser jogada oportunamente para recuperar prestígio perdido, pode perder-se, até 1981...



# "Grândola" vale três dias de prisão a capitão de Abril

o jornal

7-12-79

Um «capitão de Abril», por ter sugerido no Dia da Unidade do Regimento de Infantaria de Abrantes que o conjunto musical interpretasse a «Grândola Vila Morena» foi punido com três dias de prisão disciplinar, (já cumpridos, no quartel de Aveiro) em circunstâncias que todos os sectores democráticos que tiveram conhecimento dele consideraram um «escândalo», passados cinco anos sobre a Revolução de Abril.

O caso, só agora noticiado na Imprensa, ocorreu no passado dia 30 de Julho no Regimento de Infantaria de Abrantes (afecto à Brigada Nato), quando o capitão Carlos Clemente, que desde sempre pertenceu ao MFA, tendo sido deportado para os Açores antes de 25 de Abril de 1974 devido às suas actividades no Movimento dos Capitães, solicitou informalmente, ao conjunto que actuava na festa a interpretação de «Grândola, Vila Morena».

Pois esta simples solicitação, feita em termos perfeitamente correctos e sem desrespeito pelas autoridades superiores, provocou um insólito processo disciplinar que veio a culminar numa punição de três dias de prisão.

Sob o pretexto de que o pedido do capitão Carlos Clemente poderia causar mau ambiente, dadas as interpretações divergentes que o tema de Zeca Afonso poderia provocar, o comandante da unidade, coronel Ramiro de Oliveira, numa atitude que mesmo militares do próprio RIA consideraram, no mínimo, estranha, mandou proceder a um processo disciplinar, decerto sem paralelo nas Forças Armadas após o derrube do fascismo, data da qual «Grândola Vila Morena» passou a constituir, de certa forma um símbolo.

O capitão Carlos Clemente, que durante todo o processo político manteve uma posição discreta acompanhando, como chefe de gabinete, o major Vasco Lourenço (com o qual foi mandado para os Açores) na Região Militar de Lisboa e no Conselho da Revolução, recorreu da punição para o comandante da Região Militar Centro, aguardando agora o despacho do brigadeiro Neves Adelino.

Militares do RIA, ao tomarem conhecimento do processo, solicitaram uma reunião de esclarecimento com o comandante, finda a qual

manifestaram o seu desagrado pelo mesmo pela campanha entretanto desencadeada contra o capitão Carlos Clemente deturpando os factos ocorridos no dia 30 de Julho.

Sabe-se também que o comandante da unidade, depois de ter entregue ao capitão Carlos Clemente uma cópia do processo devidamente autenticada, e quando aquele oficial já tinha sido transferido da unidade, solicitou a sua devolução, com objectivos que não são conhecidos.

O capitão Carlos Clemente não foi todavia o único oficial a sofrer as consequências de ter tido a «ousadia» de solicitar que fosse tocada a «Grândola, Vila Morena». Também um aspirante que havia mostrado interesse na interpretação do que se transformou numa espécie de hino do 25 de Abril foi levantado um processo, o qual todavia acabou por ser arquivado, não sem que antes tivesse sido chamado ao gabinete do comandante para «admoestação».

Independentemente da duvidosa legalidade do processo disciplinar e da sua conjugação com as regras do Regulamento de Disciplina Militar, o que está em causa no «caso Clemente» é, nas suas últimas consequências, o apreço que alguns demonstram pelos símbolos que tornaram possível a libertação do fascismo e a demonstração do País.

E, ao mesmo tempo, o que já se pode qualificar de perseguições aos «capitães de Abril». Recorde-se, aliás, que além de ter sido do «movimento dos capitães» desde o início, o capitão Carlos Clemente nunca teve qualquer lugar político e pertenceu sempre ao grupo que defendeu a pureza do 25 de Abril, integrando o sector do MFA mais ligado aos «nove», e que assumiu a contenção democrática do 25 de Novembro.

L.P.A.



## Eleições no Exército

# “Moderados” dominam Conselhos

No mar encapelado da disputa das eleições legislativas, quase passou despercebida uma outra consulta por voto secreto e universal: as eleições para os conselhos das armas do Exército. Segundo as análises já feitas sobre os resultados obtidos, a segunda volta do escrutínio terá invertido o sentido de voto, que, na primeira, fora favorável aos militares mais à esquerda no quadro castrense.

Assim, no apuramento definitivo parece ter-se afirmado uma linha moderada em relação aos militares escolhidos. Como única excepção, é assinalada pelos observadores a arma de engenharia, em que a subida de militares esquerdizantes favorecida por Vasco Gonçalves quando do período em que teve uma certa ascendência sobre os camaradas desta arma, a sua, de resto, ainda se manteve.

Também se acentua nos mesmos meios que as eleições agora realizadas têm ainda maior importância por terem sido escolhidos os homens que estarão à frente dos conselhos das armas quando se der a revisão constitucional, em 1980. Dada a oposição dos militares agora eleitos ao Conselho da Revolução, ou, pelo menos, a alguns dos seus membros, os reflexos destas eleições supõem-se desta forma decisivos

nesses complexo processo.

Recorde-se além disso que os conselhos das armas que entram em funções no próximo dia 1 de Janeiro são ouvidos em primeiro lugar pelos directores das armas em assuntos técnicos e de pessoal, como as listas de promoções.

Contudo em relação a este aspecto só em Junho do ano que vem é que os conselhos poderão intervir com efeitos no ano imediato.

Na arma de Infantaria foram eleitos o coronel Ventura Lopes, o tenente-coronel Hugo Rocha, o major Rino, os capitães Duarte, Ribeiro e Tapadinhas. Por sua vez na de Artilharia tiveram maioria de votos o coronel Nogueira, o tenente-coronel Engrácia Antunes, o major Samuel Amaral e os capitães Prazeres, Salgueiro e Agordela, enquanto na arma de Cavalaria seriam eleitos o coronel Grego, o tenente-coronel Jesus da Silva, o major Manuel Monje, e os capitães Temudo, Pontes e Taxa Araújo.

Finalmente, na arma de Engenharia, em que parece ter prevalecido ainda, e mesmo na segunda volta, uma linha mais à esquerda dos militares eleitos, o respectivo conselho passa a ser constituído pelo coronel Varela, o

tenente-coronel Varanda, o major Sousa Lobo, os capitães Coelho, Teixeira e Martins da Costa.

### ESTADOS-MAIORES PENINSULARES ESTIVERAM REUNIDOS

Entretanto, em Madrid, terminou na quinta-feira a 15a. Conferência dos Estados-Maiores Peninsulares, tendo sido assinadas as actas das reuniões dos diversos grupos de trabalho que durante quatro dias estiveram reunidos na capital espanhola. No mesmo dia o ministro da Defesa, acompanhado da Junta de Chefes de Estado-Maior, impôs aos membros da delegação portuguesa as várias condecorações com que foram agraciados. Na altura, o titular da pasta da Defesa acentuaria “que a filosofia do tratado de amizade e cooperação de Portugal e Espanha, assinado em Madrid em 1977, se centra na criação de uma zona geográfica de estabilidade e progresso na nossa península, encruzilhada de três sectores geopolíticos de primeira grandeza, a identidade europeia dos nossos povos, o património histórico e cultural da Ibero-América e a confluência atlântico-mediterrânica”.

No seu discurso, o ministro da Defesa espanhol destacaria ainda que “é evidente que a estabilidade peninsular é uma valiosa contribuição para os propósitos de distensão e harmonia internacionais auspiciado pela ONU na Carta de Helsínquia sobre Segurança Europeia”. Precisamente por isso, prosseguiu, “a cooperação militar entre Portugal e Espanha adquire uma importância relevante” e a “instrução, o ensino e as práticas de exercícios combinados entre as Forças Armadas dos dois países exigem cada vez maior atenção e graças a isso a cooperação militar hispano-portuguesa será de facto um contínuo processo”. Pelo seu lado, o general Baptista Beirão, chefe da delegação portuguesa, agradeceu as condecorações recebidas e pôs em destaque o clima de entendimento e colaboração havido na Conferência, cujos frutos qualificou de muito positivos.

### OTELO REABSOLVIDO NO STM

Noutro plano, muito diferente, mas tendo também como protagonistas militares, foi ontem revelado que o

Supremo Tribunal Militar absolveu o coronel Pereira da Cruz, acusado de desvio de documentos pessoais de um empresário espanhol, Segura Marzo, ao mesmo tempo que negava provimento ao recurso interposto por este. O STM confirmou igualmente a absolvição do major na reserva à força Otejo Saraiva de Carvalho, o qual era acusado da autoria moral desse desvio.

Recorde-se que o 5o. Tribunal Militar Territorial de Lisboa já apreciara esses crimes, cometidos quando o então general Otejo comandava o COPCON. A pedido do coronel Cruz, uma força deste corpo deslocou-se ao hotel Ritz onde, já na ausência de Segura Marzo, apreendeu diversa documentação, inclusivamente a que estava encerrada num cofre particular do cidadão espanhol. Por seu turno Luís Segura Marzo, acionista da Agrinco, supostamente responsável por um delito económico, apresentou queixa contra os dois militares. No 5o. TMTL, o coronel Cruz fora condenado na pena de sessenta dias de prisão e sete de multa, a cinquenta escudos diários, bem como na pena acessória de demissão do Exército, embora suspensa por dois anos.



# Defesa Nacional — instrumento ignorado pela classe política de afirmação democrática

Baptista Comprido

1. CIDADÃO comum não tem hoje dúvidas de que a matéria em epígrafe deve constituir, de facto, "um grande problema nacional". E adquiriu essa convicção, talvez, por via negativa ao verificar, por um lado, que a Assembleia da República vem adiando sistematicamente, nos últimos anos, a discussão da lei da defesa nacional e, por outro, que se continua a falar, há mais anos ainda, na reestruturação das Forças Armadas e também na sua institucionalização.

Mas, aquela convicção ainda mais se lhe arrojou no espírito, quando notou que, durante o período eleitoral, os partidos e coligações poucas referências eleitorais, os partidos e coligações poucas referências fizeram ao assunto em termos concretos e construtivos, quer nos programas ou projectos eleitorais quer nas actividades de campanha.

É certo que os enquadrantes constitucionais e, em particular, a situação especial de relativa autonomia das Forças Armadas face ao poder político civil democrático, não são de molde a encorajar as formações políticas representadas na Assembleia a tomarem a iniciativa de, individualmente ou em grupo, apresentar uma proposta para debate. A própria novidade da matéria, nunca discutida verdadeiramente no nosso País nem sequer teorizada com utilidade, também deve ter constituído, sem dúvida, factor inibitório importante. As próprias forças políticas, no seu processo de avaliação política, confundiram, porventura, matéria de autêntico alcance e sentido democrático e nacional com posições de limitada postura partidária ou ideológica. Não foram ainda capazes de mostrar a coragem política, moral e patriótica para produzir a ruptura de um dos poucos consensos, embora negativo por omissão, em que aparentemente a Assembleia da República se tem recolhido.

Mas, a defesa nacional é responsabilidade inalienável de qualquer Estado. E a mais elementar noção do que seja um imperativo de soberania no plano interno e um mínimo de afirmação de independência nacional no plano externo, levaria um Governo constitucional a apresentar formalmente uma proposta de lei à Assembleia da República, a qual acabou por não ser discutida por a instabilidade política instalada se ter agudizado



4.<sup>a</sup> INICIATIVA EXPRESSO:  
OS GRANDES  
PROBLEMAS NACIONAIS

Fundação Cuidar o Futuro

2. A importância desta matéria está bem expressa na reserva de exclusividade legislativa atribuída constitucionalmente à Assembleia e na força paraconstituente da sua apreciação e aprovação em constitucionalidade.

É que a lei da defesa nacional é um instrumento de afirmação e consolidação da Democracia, tanto mais necessário quanto é certo que o regime democrático português continua sustentado mais por palavras do que por estruturas que o fortaleçam e protejam.

As ameaças internas ao regime vão sendo aparentemente cada vez menos de violência directa para assumirem formas cada vez mais diversificadas e sofisticadas de natureza indirecta, em linha, aliás, (e quem sabe se em ligação) com processos idênticos utilizados e conhecidos no âmbito internacional.

Por isso, a defesa da Nação, do País e do Estado assume hoje formas combinatórias globais de actividades sectoriais de qualquer entidade política nacional, sobretudo se tem um mandato democrático efectivamente identificado com o povo que o conferiu. Mas, só estruturas e mecanismos específicos, que não se contêm nas figuras organizativas clássicas do poder político e administrativo

latidade de competências e poderes constitucionais correspondentes, os quais também podem englobar domínios específicos da defesa, aparentemente se não tenha pronunciado pela recomendação que evitasse a opinião muito desfavorável de prática de inconstitucionalidade por omissão por parte da Assembleia da República.

Por outro lado, deve ser extremamente penoso para qualquer Governo, tendo a responsabilidade da condução da política geral do País, em que se inclui a defesa nacional, não poder fazer mais do que provocar constitucionalmente a Assembleia com vista à discussão da lei.

Quanto à Assembleia da República resta saber se porventura se deu conta do acto político, de direito, ético, democrático e nacional, que não praticou.

Sem um instrumento adequado de defesa do Estado pouco menos é do que cego e paralisado pois, não possui qualquer faculdade para se situar no quadro global da segurança, incapaz de coordenar um pensamento, formular uma política, dirigir uma acção de alcance nacional.

4. O conteúdo da lei da defesa nacional e a sua promulgação, decerto que vão depender da configuração política (data) futura(s) Assembleia(s) da República. Mas, quaisquer que sejam e quando quer que surjam, será da maior importância a actuação dos órgãos de soberania intervenientes na utilização da matriz legislativa, não só na produção da família de leis que, verdadeiramente, lançarão os alicerces do edifício da defesa nacional como na pedagogia democrática de funcionamento dos instrumentos e mecanismos forjados para formular a política de defesa nacional, a sua direcção e execução.

Lembre-mos que a realidade histórica portuguesa identifica as Forças Armadas com a defesa nacional ou, talvez, mais terra-a-terra, a "tropa" com a defesa da Pátria. E este primitivismo continua resistente a regimes e a governos.

Se tivermos em conta que não há



(cont.) →

defesa nacional sem Nação e bem assim sem Estado, será muito de estimar que, passando a ter lei, passemos também a ter defesa.

A defesa nacional nunca teve prática democrática em Portugal por duas razões simples: a primeira, porque nunca houve defesa nacional. Só aparentemente esta razão é suficiente. É preciso juntar a segunda: porque a democracia votou-lhe sempre uma nacional indiferença.

Ninguém (talvez valha a pena repetir: ninguém) neste momento, em Portugal, é capaz de afirmar, quanto mais garantir, que os interesses nacionais estão a ser prosseguidos ou acatados numa perspectiva democrática de defesa nacional. É isto porque a ausência duma lei de defesa nacional num Estado democrático (talvez a segunda lei mais importante de qualquer Parlamento democrático) não permite identificar aqueles interesses e não se podem criar as estruturas e mecanismos democráticos capazes de definir, dirigir e acionar, para o efeito, as correspondentes medidas necessárias e eficazes.

5. Seria bastante ter-se enunciado alguns dos principais problemas no âmbito da defesa nacional para se ter coberto, também, em grande parte, a temática relativa às Forças Armadas, porque estas, em conceito moderno de defesa nacional, mesmo sem ser sofisticado, nele estão incluídas, a par de outros vectores fundamentais.

Sucedem porém que as Forças Armadas têm um estatuto de singularidade que as coloca politicamente fora do alcance do poder político civil, embora tal autonomia não se estenda a todos os domínios importantes da sua actividade interna.

Esta situação gera naturalmente contradições que só o bom senso e a boa vontade patriótica têm evitado que se desenvolvam prejudicialmente no campo político. Um dos domínios em questão respeita à fixação dos fins e dos objectivos das Forças Armadas — matéria altamente controversa — e, o

outro, aos recursos requeridos para os alcançar. Enquanto a primeira questão só talvez pela lógica possa ter uma resposta, já a segunda tem na Assembleia da República a sua atribuição constitucional expressa.

Porém, onde possivelmente se poderão encontrar os maiores problemas das Forças Armadas não é tanto no âmbito das suas relações com outros órgãos mas, na própria textura constitucional e nos circunstancialismos conjunturais.

As Forças Armadas "constituem uma instituição nacional". Assim é estatuído na Constituição. No entanto, em postura eminente às Forças Armadas, a Constituição prevê duas figuras ao nível da soberania, de raiz ou configuração militar: uma, difusa, mítica, "uma outra alma", que mais do que a sua origem interessaria saber o que faz e qual o seu destino; a outra, concreta, com amplas competências e poderes políticos e consideráveis atribuições militares.

Nestas condições, não surpreende que este complexo constitucional militar não seja o mais propício para a consolidação da coesão e unidade das Forças Armadas, se tivermos em conta os efeitos duradouros dos desaminhos verificados na casa militar durante o ano de 1975.

Se juntarmos àquelas realidades históricas a necessidade de reestruturar as Forças Armadas, por imperativo fundamental das transformações profundas ocorridas no País e na sociedade portuguesa, desde o 25 de Abril; se acrescentarmos que as necessidades, mesmo rudimentarmente previsíveis, não parecem encontrar recursos nacionais disponíveis para as atender, não beneficiar aparentemente duma contribuição ou ajuda externa, decidida e eficaz, podemos talvez ter uma ideia da problemática actual das Forças Armadas.

E isto para já não ser mencionado, em rigor, a necessidade prévia de definir o mais correctamente possível o papel, o nível e a intensidade a atribuir ao vector militar, precisamente numa perspectiva de defesa nacional.



Aqui caímos novamente na alta inconveniência de não dispormos de um órgão que possa debruçar-se sobre questões de política e de estratégia de defesa nacional. Sem ele dificilmente se poderão lançar os indispensáveis planos de reestruturação das Forças Armadas e respectivos programas a longo prazo, que racionalizem as relações entre objectivos e recursos, entre custos e eficácias. Ou, mais prosaicamente, entre o escudo expandido por cada um de nós e a segurança a recolher ou, de outro modo ainda, entre a segurança desejada e o escudo útil racionalmente despendido.

A segurança duma nação deve ter sempre um preço que esteja em equação com os interesses dos cidadãos.

6. Ora, será talvez só depois desta realização ou durante a sua efectivação, pouco a pouco, que as Forças Armadas serão capazes de caminhar com passos firmes em direcção à sua real institucionalização nacional.

Será então, talvez, possível, ver aparecer a unidade e coesão das Forças Armadas no seu duplo aspecto organizativo interno e de individualidade externa.

Será então, talvez, possível, verificar que, insensivelmente, à simples adição dos três ramos das

Forças Armadas, algo aparece acrescentado.

Será um corpo que se formou com vida autónoma colectiva, armado de princípios e conceitos, tendo uma doutrina como bandeira comum, aglutinado por uma ideia, quando não por um espírito ou mesmo por uma mística. Será um corpo em que se forjou a consciência da necessidade colectiva e em que se sublinhou o estado de perenidade.

Então, sim, poderá realmente falar-se de Forças Armadas como uma instituição nacional.

7. É forçoso concluir, que qualquer governo saído destas ou de outras eleições próximas ou que entre elas seja formado, irá enfrentar um real problema de Estado, autêntico desafio nacional, para dotar o País com a sua defesa nacional democrática e com as suas Forças Armadas solidamente institucionalizadas.

Mas, pelo que têm visto, os cidadãos concluíram também, que tal só poderá ser alcançado no dia em que a classe política acreditar e respeitar os valores éticos e políticos da Democracia e agir, em consequência, com fé democrática e tendo em vista o seu fortalecimento e a sua consolidação em Portugal.

Isto significa que, nesse dia, qualquer formação política passará a ter confiança no funcionamento eficaz dos mecanismos de controlo democrático nacional que vigiam a prática democrática das estruturas e instrumento da defesa nacional e das Forças Armadas e não receia que eles possam ser utilizados para outros fins que não sejam nacionais. E também que não cede à tentação de, ela própria, o fazer.

Significa ainda que, ao nível do Estado democrático, foi possível reunir algum saber, muito tacto político, sólida moral de responsabilidade e generosa coragem democrática.

Estas afirmações são, perventura, chocantes ou até brutais. Mas, não parece que traduzam mais do que uma lei estrutural da mentalidade da classe política portuguesa e que teima em repetir-se confrangedoramente.

Portugal HOJE / Quinta-feira, 6 de Dezembro de 1979

## Momento não é indicado para um civil na Defesa

— advoga figura bem colocada no Exército

«Neste período de transição que ainda se vive não seria a altura mais indicada para que um civil ocupasse a pasta da Defesa em Portugal» — opinou ao nosso jornal uma fonte bem colocada no seio do Exército, referindo-se à possibilidade de ser escolhido um civil para aquele Ministério, o que, como noticiámos na nossa edição de ontem, estaria a ser encarado pe-

los líderes da Aliança Democrática.

O mesmo informador declarou-nos que, efectivamente, «caminha-se para que futuramente seja um civil a ocupar o Ministério da Defesa o que não constituirá motivo para um certo mal-estar entre as Forças Armadas».

«No entanto, a altura não é propícia a isso» — concluiu.

Segundo estamos informados, a AD, ao pôr de parte a hipótese de um civil, veria com bons olhos o brigadeiro Firmino Miguel na pasta da Defesa, cargo que ocupou anteriormente. De qualquer modo, há ainda a alternativa de «poupar» Firmino Miguel neste momento, para que nas eleições presidenciais seja um nome a ser apoiado pela Aliança.



Objectivos do major Figueiredo em marcha

6 DEZEMBRO 1979 O DIA

# Esquerda radical domina de novo programas da RDP

Alterações nas mais importantes chefias da programação da Radiodifusão Portuguesa, tão radicais como as que tiveram por alvo a Informação, tinham começado a ser concretizadas alguns dias antes das eleições intercalares e alcançaram ontem o ponto mais alto, com a admissão de José Manuel Nunes e sua nomeação para director do Canal Um.

José Manuel Nunes, redactor do "Diário de Lisboa", destacara-se pela total falta de isenção do programa "Contraopção", que era transmitido na RDP sob a sua responsabilidade, motivo pelo qual não lhe foi renovado o contrato a prazo que mantinha com a emissora estatizada, sendo acusado nomeadamente de quebra das regras de pluralismo na informação radiofónica.

A sua admissão pela RDP, para o importante cargo de director do Canal Um, confirma a determinação da actual comissão administrativa da empresa em colocar esta inteiramente sob o controlo do bloco dominado pelo PC, implicando mesmo o afastamento de socialistas tidos como de uma linha moderada

e a sua substituição por radicais do mesmo partido.

Anteriormente, antes das intercalares, dera-se a substituição de Etelvina Lopes de Almeida por Estrela Serrano, nos programas internacionais, que são transmitidos em línguas estrangeiras ou em língua portuguesa tendo por destinatários os emigrantes.

## PORTAS ABERTAS AO AVENTUREIRISMO

O perfil do par José Manuel e Serrano, agora a dominar sectores dos mais importantes e com maior audiência da programação da RDP, permite ficar-se desde já com a certeza que a porta está aberta de novo ao aventureirismo da esquerda, que com prosápias de competên-

cia, desmentidas pela prática, tudo fará para utilizar ao seu serviço as antenas de uma emissora que apenas durante curto período recente procurou ser "nossa", e que é sustentada pelos sacrifícios de todos nós.

A poucos dias de os resultados eleitorais terem evidenciado a exigência de que processe urgentemente uma mudança, estas nomeações assumem caráter de autêntica provocação, constituindo a garantia de que as "greihas" da RDP continuarão a servir as ideologias das forças minoritárias. Vivam no continente, nas ilhas ou no estrangeiro, os portugueses que ficar ainda por servidos e informados, com razões de sobra para recrudesecer os seus protestos.

De salientar que a admissão de JMN teve a cumplicidade da comissão de trabalhadores da RDP, órgão também sob o controlo efectivo do PC. Ainda que a CT/RDP tenha firmado um protocolo com a adminis-

tração para que não fossem feitas novas admissões, acedeu ao novo contrato com JMN, alegando que se tratava de um "saneado político".

## OBSTÁCULOS À CA SEGUINTE

Tão insólito critério carece, todavia, de fundamento, porque segundo a opinião do próprio presidente da actual CA/RDP, expressa em entrevista, há cerca de 20 dias, ao vespertino "Diário Popular", o afastamento de JMN obedecera às regras legais, porque contratado a prazo.

Mas para uma CT que se tem empenhado unicamente na defesa dos trabalhadores cuja cor política lhe agrada, este procedimento não é de espantar. A CT não se manifestou quando dos saneamentos na Informação e nos serviços administrativos, não teve qualquer reacção perante a publicação de ordens de serviço internas feridas de flagrantes ilegalidades, mas bate palmas à

admissão de um director cujas "qualidades" estiveram evidenciadas em "Contraopção", programa tão ao gosto dos sectores mais radicais da minoria de esquerda.

Torna-se óbvio, por outro lado, que estas admissões cabem ao feitio do eng.º Amílcar Martins, que — perdidas definitivamente as esperanças de ir à Checoslováquia — diligencia por levantar o maior número possível de obstáculos à gestão seguinte... e o JMN, e a ES vêm mesmo a calhar.

## É UM "FARTAR VILANAGEM"

É, portanto, esta a hora de proteger os amigos fiéis.

Como a secretária, dos tempos de João Figueiredo, agora com boa promoção à vista. O major Dias, esgotada decerto a sua capacidade de flutuação, providenciará nesse sentido.

Mas enquanto uns entram e outros aguardam promoção, fazendo fila à espera dos últimos despachos que

premeiem os "bons serviços" ou as "condescendências", outros vão pondo a bagagem em ordem...

No Quellas Dez, onde mora a Informação, quanta desesperança vai. Mas com um certo consolo ideológico, pois nos últimos dias foi um "fartar vilanagem", a chamar à AD aliança de direita, "dita democrática como o sr. dr. Álvaro Cunhal diz", a apelar ao voto na esquerda. Com prometida segunda edição nas eleições autárquicas. E viva a isenção, sem condicionais...

Para trás vai ficar-lhes uma saudade infinita, e a satisfação do "dever cumprido": a ocupação da Rádio Renascença, a exortação ao assalto da embaixada de Espanha, ao cerco do Patriarcado. Restalhes também a recordação das notícias objectivas: "O sr. António fugiu para Madrid" (12 de Março de 1975).

E ainda a imensa esperança, quase incontinida, de um regresso breve a esses "belos tempos".

P.S.G.

VIII ■ o diário ■ 5 Dezembro 1979 ■

# Direita não terá maioria nos Conselhos de Informação

Os representantes do PS, PCP, MDP/CDE e UDP serão maioritários nos Conselhos de Informação que deverão constituir-se com base na Assembleia da República agora eleita.

Com efeito, aqueles quatro partidos terão um total de treze conselheiros, (sete do PS, quatro do PCP, um do MDP/CDE e um da UDP) contra doze dos partidos que participaram na coligação de

direita (sete do PPD/PSD, quatro do CDS e um do PPM).

Os deputados reformadores eleitos pelas listas da «AD», não representando nenhum partido e não podendo constituir-se em grupo parlamentar (apenas em simples agrupamento parlamentar) não estarão representados nos Conselhos de Informação, à semelhança do que aconteceu com os deputados da ASDI na anterior Assembleia da República.

De acordo com a Lei dos Conselhos de Informação, estes «são constituídos por representantes designados pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República, na proporção de um por cada dez deputados de cada partido, com o mínimo de um».

# Conselho de Ministros extingue «O Século»

O diário de 1979  
8 de Dezembro de 1979

## ● Mais de meio milhão de contos de prejuízos acumulados

O Conselho de Ministros aprovou, na sua reunião de quinta-feira, um projecto de decreto-lei que determina a extinção da Empresa Pública do jornal "O Século" (EPJS) e a caducidade, à entrada em vigor do citado texto legal, de todos os contratos de trabalho "com excepção dos relativos aos trabalhadores que se encontram afectos às livrarias de Lisboa e Porto e à delegação distribuidora em Coimbra".

De acordo com o mesmo decreto-lei, o Governo determinou ainda a manutenção em vigor dos contratos entre a Empresa Pública e os clientes até que as respectivas posições contratuais sejam transferidas ou que se verifique a sua rescisão, por qualquer motivo; a manutenção de todos os contratos de arrendamento em que seja arrendatária a Empresa Pública; a assunção, "directamente pelo Estado, das responsabilidades contraídas para com os trabalhadores (...) por forma a que aqueles sejam por ele directamente pagos substituindo-se o Estado aos trabalhadores nas suas posições credoras para com a EPJS, com a graduação que, por lei, àqueles compete".

A decisão do Conselho de Ministros determina ainda a atribuição, à Comissão Liquidatária, entre outros, do encargo de preservar a integridade do arquivo de documentação de informação do jornal "O Século" "até definição do seu destino ulterior" e a integração da Comissão Liquidatária da EPJS pelos membros que vierem a ser nomeados para a Comissão Administrativa da EPJS.

### PREJUÍZOS ACUMULADOS

Ao decidir-se pela extinção da empresa, o comunicado do Conselho de Ministros sublinha que

"o Governo tem perfeita consciência dos custos sociais em que uma tal medida se traduz". Considera, por outro lado, que "não deverão, contudo, empolar-se excessivamente aqueles custos porquanto muitos dos trabalhadores agora despedidos já têm outras colocações, em resultado quer do duplo emprego praticado anteriormente, quer da necessidade de assegurar a sua sobrevivência dada a situação de

insegurança em que foram colocados ao longo de três anos".

Depois de historiar o processo "O Século" desde a suspensão da publicação e de concluir que "a situação da Empresa Pública do jornal "O Século" (...) é de tal forma grave que não admite qualquer hipótese de saneamento económico-financeiro", o Conselho de Ministros dá conta da sua decisão, tomada "após análise do problema", de "não adjudicar (o património da ex-Sociedade Nacional de Tipografia) a nenhum dos concorrentes que se

apresentaram a concurso". Esta alienação do património de uma empresa nacionalizada foi considerada a "hipótese menos desfavorável" para resolução do problema pelo ex-ministro de Mota Pinto, Proença de Carvalho.

Segundo os dados publicados no comunicado do Conselho de Ministros, os prejuízos acumulados da EPJS eram, segundo o balanço de 31 de Dezembro de 1978, de 522 mil e 200 contos.

## Fundação Cuidar o Futuro



### CONSELHO DE GERÊNCIA DO D.P. CRITICA DIRECÇÃO

O Conselho de Gerência da Empresa Pública «Século-Popular» distribuiu um relatório, interno em que tece violentas críticas à orientação informática do «Diário Popular», considerando-o «um vespertino totalmente amorfo e despersonalizado».

Esta tomada de posição visa directamente a direcção do Diário Popular, que é considerada como sendo alvo de uma «contestação generalizada», nomeadamente na «pessoa do Director e no que ele significa».

O Conselho de Gerência da empresa «Século-Popular», nomeado recentemente pelo Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo, parece estar a tentar impelir um processo de afastamento da direcção moderada daquele vespertino.

o diário ■ 10 Dezembro 1979

## Reclamada a substituição da direcção do «Diário Popular»

A necessidade de substituição da actual equipa directiva do «Diário Popular» é uma das principais conclusões aprovadas na reunião do sector de publicações daquele vespertino e que foi ontem apresentada ao respectivo conselho de gerência.

No entender desta instância, constituída pelos órgãos sociais da empresa, responsáveis por serviços e trabalhadores, os cargos directivos do «Diário Popular» devem ser preenchidos por profissionais que garantam, «mediante o respectivo currículo, respeito pelos princípios constitucionais e da Lei de Imprensa, relativos ao direito de informar e ser informado».

Salientam que uma tal atitude decorre do «pluralismo ideológico e da defesa da liberdade de expressão e confronto das várias correntes de opinião».

Recorde-se que a actual equipa directiva do «Diário Popular» é constituída por Pacheco de Andrade e Botelho da Silva, nomeados no tempo do governo Mota Pinto para substituírem, respectivamente, Jacinto Baptista e Abel Pereira. Esta substituição motivou grandes polémicas, pois o Conselho de Redacção deu um parecer desfavorável, atitude confirmada pelo Conselho de Imprensa e pelo Conselho de Informação para a Imprensa (Assembleia da República).

### OUTRAS RESOLUÇÕES

Nesta primeira reunião de planeamento da empresa, o sector de publicações pronunciou-se pela ampliação do quadro jornalístico da empresa, pela reformulação dos seus suplementos e pela

reestruturação da rede de correspondentes e delegações.

As conclusões da reunião, segundo a ANOP, apontam, por outro lado, para a necessidade de uma maior implantação do jornal nos grandes centros comerciais e na província, defendendo o sector comercial a realização de concursos mensais como medida tendente à fixação de leitores.

No final da reunião, Pegado Liz, presidente do conselho de gerência da empresa, manifestou a sua satisfação por se mostrar possível o desenvolvimento do trabalho programado e sublinhou, por outro lado, a necessidade de o Estado pagar os custos duma empresa de interesse público muito embora — disse — tenha ficado definido que o «Diário Popular» — será uma «empresa rentável».

A TARDE. 10 DEZ.

do Director Pacheco de Andrade, encontra-se doente, há vários dias